



FACULDADE CALAFIORI

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O DESAFIO DA
ESCOLA E DA SOCIEDADE CONTEMPORANEA**

JOSIANE APARECIDA RUFINO

ORIENTADORA: PROF. ESP. ELAINY C. DOS S. LISBÔA

São Sebastião do Paraíso - MG

2011

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O DESAFIO DA ESCOLA E DA SOCIEDADE CONTEMPORANEA

JOSIANE APARECIDA RUFINO

**Monografia apresentada à faculdade Calafiori,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia.**

Prof^a. Esp. Elainy C. dos Santos Lisboa

São Sebastião do Paraíso – MG

2011

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: O DESAFIO DA ESCOLA E DA SOCIEDADE

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG

2010

Os Educadores sonhadores jamais desistem de suas sementes, mesmo que não germinem no tempo certo... Mesmo que pareçam frágeis frente às intempéries... Mesmo que não sejam viçosas e que não exalem o perfume que se espera delas. O espírito de um mestre nunca se deixa abater pelas dificuldades. Ao contrário, esses educadores entendem experiências difíceis como desafios a serem vencidos. Aos velhos e jovens professores, aos mestres de todos os tempos que foram agraciados pelos céus por essa missão tão digna e feliz. Ser professor é um privilégio. Ser professor é semear em terreno sempre fértil e se encantar com a colheita. Ser professor é ser condutor de almas e de sonhos, é lapidar diamantes.

Gabriel Chalita

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, por me darem a vida e me ensinar a viver com dignidade, por iluminarem os caminhos escuros com afeto e dedicação, para que pudesse trilhá-los sem medo e cheia de esperança.

Deus, pelo presente da vida, por ser luz em meu caminho e estar sempre presente em cada momento de minha vida.

Ao meu grande amor, por ter estado presente em todos os momentos de angústia, desespero, nervosismo e alegria, por ter depositado em mim toda a sua paciência e amor.

A todos vocês quero dizer que valeram a pena os dias de cansaço, tédio, angústia e cada momento vivido nessa louca correria em busca de um sonho que hoje se torna real. Levarei comigo a certeza de que quando quero sou capaz e de tenho força e vontade para transformar o mundo.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me guiado nessa longa caminhada, por ter estado ao meu lado nas minhas quedas, fraquezas, lutas, vitórias e derrotas.

Aos meus amigos, que foram companheiros a todo o momento.

Aos meus familiares que sempre me encorajaram a vencer e a nunca desistir.

Agradeço também a vocês meus pais, pois de vocês recebi o dom mais precioso do universo: a vida. Mas vocês não se contentaram em me presentear somente com ela. Revestiram-me de amor, carinho e dedicação. Cultivaram na criança todos os valores que me transformou em um adulto responsável e consciente. Abriram a porta do meu futuro com o estudo. Trabalharam, sacrificaram seus sonhos em favor dos meus, não foram apenas pais, mas amigos e companheiros, mesmo nas horas difíceis. Tantas foram às vezes que tomaram para vocês os meus problemas incentivando-me a prosseguir. A vocês o meu obrigado e minha gratidão.

Agradeço aos professores que foram mestres em todas as horas.

Agradeço a minha querida orientadora Prof. Esp. Elaine Cristina dos Santos Lisbôa que contribuiu fortemente até o fim dessa jornada sempre acreditando no meu potencial e me estimulando a cada dia. Aprendi muito com você, muito obrigada por tudo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - O DESENVOLVIMENTO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO.....	12
1.1 - Marcos históricos da alfabetização no Brasil.....	12
1.2 - O que é alfabetização.....	16
1.3 - O que é letramento.....	17
1.4 - Condições para o letramento.....	18
2 – O DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE 4 A 7 ANOS.....	20
2.1 - A importância do estudo do desenvolvimento infantil e suas principais características.....	20
2.2 - O desenvolvimento infantil e os conceitos centrais da teoria de Jean Piaget.....	22
2.3 - Conceitos centrais.....	23
3 – PORQUE OS MÉTODOS NÃO ALFABETIZAM.....	27
3.1 - Os métodos de ensino e suas características.....	29
3.2 - A alfabetização sob novas perspectivas.....	33
3.3 - As hipóteses de escrita: características e propostas didáticas.....	36
3.3.1 - Características.....	36
3.3.2 - Propostas didáticas.....	40
4 - O que está sendo realizado para tentar solucionar os problemas relacionados à alfabetização.....	59
4.1- A implantação do Ensino Fundamental de nove anos.....	59
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	65
ANEXO A.....	67
ANEXO B.....	71

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Analfabetismo no Brasil.....	15
Figura 2 - Atividade para trabalhar com crianças na fase pré-silábica.....	43
Figura 3 - Atividade para trabalhar com crianças na fase pré-silábica.....	44
Figura 4 - Atividade para trabalhar com crianças na fase pré-silábica.....	45
Figura 5 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica.....	47
Figura 6 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica.....	48
Figura 7 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica.....	49
Figura 8 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica alfabética.....	51
Figura 9 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica alfabética.....	52
Figura 10 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica alfabética.....	53
Figura 11 - Atividade para trabalhar com crianças na fase Alfabética.....	56
Figura 12 - Atividade para trabalhar com crianças na fase Alfabética.....	57
Figura 13 - Atividade para trabalhar com crianças na fase Alfabética.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e escrita

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROFA – Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

RESUMO

Observa-se que as escolas não têm garantido uma alfabetização eficaz e de qualidade a todos os alunos, afinal o índice de analfabetismo apesar de ter diminuído muito ainda existe, por isso esse tema deve ser pensado e analisado de forma rígida. Por isso o objetivo geral da pesquisa é compreender quais são as causas desse insustentável problema, e apresentar possíveis soluções, Para isso será realizada uma pesquisa bibliográfica e uma entrevista que abordará assuntos relacionados aos problemas da alfabetização. Quando falamos que a escola está sendo falha no que diz respeito a uma alfabetização eficaz e de qualidade, estamos dizendo que o que se espera da escola é que todos os alunos alfabetizem e passem a fazer uso da leitura e da escrita no seu dia a dia. Mediante o estudo realizado a pesquisa pôde concluir que o conceito de alfabetização já não é mais o mesmo, aquele que apenas sabe ler e escrever já não é mais aceito na sociedade como alfabetizado, é preciso exercer práticas e habilidades sociais com a leitura e a escrita, mas para que isso ocorra de forma concreta é preciso tornar a sala de aula em um ambiente alfabetizador, em um processo atraente, útil e significativo que valorize a necessidade de cada aluno, que busque uma metodologia diversificada e procure cortar as raízes do analfabetismo nas escolas.

Palavras chaves: Alfabetização; Letramento; Analfabetismo.

INTRODUÇÃO

A alfabetização a princípio significa ser a ação de alfabetizar, que se resume em tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, este trabalho se torna muito importante a toda a sociedade, pois garantir uma educação de qualidade continua sendo dever do estado e, conseqüentemente da escola e, no entanto, as escolas não têm desempenhado esse trabalho com sucesso gerando grande índice de fracasso escolar. Portanto o grande interesse pelo tema desse trabalho ocorreu mediante observações de que é preciso diminuir as deficiências que contribuem para o alargamento desse fracasso nas escolas, por isso a alfabetização em si tem sido principal foco das preocupações tanto na área educacional quanto para professoras alfabetizadores e pedagogos.

Partindo de algumas hipóteses como a de que o ambiente que o professor cria na sala de aula pode não estimular os alunos a aprendizagem, diversas vezes os conhecimentos já adquiridos pela criança fora da escola não são aproveitados como base fundamental para a alfabetização, certas crianças não recebem estímulos fora do ambiente escolar que reforçam os conhecimentos já adquiridos na escola, o professor não conhece as habilidades e as dificuldades do aluno e acaba fazendo uso de uma metodologia inadequada, se seleciona o seguinte tema: “Alfabetização e letramento: o desafio da educação e da sociedade”. Visto que a sociedade não tem garantido o direito a uma alfabetização de qualidade a todo cidadão, a pesquisa tem como principal foco voltar às atenções ao problema do fracasso escolar e mostrar ações para amenizar de maneira eficaz essa questão, relatando técnicas e conceitos que possam engrandecer e aperfeiçoar o trabalho de todas as pessoas ligadas à alfabetização de crianças, visando um trabalho pedagógico de sucesso, solucionando o problema do analfabetismo e revertendo esse índice para pessoas alfabetas e letradas.

Porem, para que isso ocorra é preciso criar um ambiente propício a alfabetização, que estimule a criança a se desenvolver e a criar gosto pela leitura e pela escrita, pois a alfabetização de crianças em seus anos iniciais é de suma importância para sua vida adulta, pois se trata da base e do alicerce de uma vida escolar de sucesso.

Mediante o que foi citado a pesquisa buscará sanar várias dúvidas de professores alfabetizadores, pois ela irá retratar métodos, processos e caminhos necessários para que haja um ambiente harmonioso e estimulante ao aprendizado.

Portanto o objetivo geral do trabalho é mostrar os principais marcos e avanços da alfabetização, focando o trabalho docente e as principais fases do desenvolvimento da criança e procurando compreender as causas do analfabetismo apresentando possíveis soluções. Para isso o trabalho será dividido em quatro capítulos.

O primeiro irá relatar a mudança do conceito de alfabetização, definir os conceitos de alfabetização e letramento, observar a história da educação no Brasil.

O segundo irá destacar as principais fases do desenvolvimento infantil criadas por Jean Piaget e sua principal teoria.

O terceiro irá pautar a Psicogênese da Língua Escrita desenvolvida por Emília Ferreiro e Ana Teberoski, relatando os métodos de ensino e suas características, analisando o porquê esses métodos não são tão eficientes hoje para alfabetizar a maioria dos alunos.

O quarto irá relatar alguns aspectos que estão sendo feitos para amenizar a questão do analfabetismo e do fracasso escolar, como a implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos.

Para realizar o trabalho será feito um levantamento bibliográfico através de consultas em revistas e livros, depois haverá uma seleção entre os textos pesquisados que irão pautar os objetivos de estudo. Para finalizar a pesquisa será feita uma pesquisa de campo pautada em uma entrevista, que abordará temas relacionados a alfabetização e processos que estão sendo aderidos nos dias atuais para melhorar problemas relacionados ao tema que ajudará a concluir a pesquisa.

1 - O DESENVOLVIMENTO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

1.1- Marcos históricos da alfabetização no Brasil

Com o passar do tempo pode-se observar que o conceito de alfabetização vem passando por grandes mudanças. O processo de educação no Brasil sempre foi focado na exclusão, baseada nas classes mais pobres da sociedade, ou seja, o saber permanecia somente nas mãos de algumas pessoas, pois a educação só fazia parte do cotidiano da nobreza.

Romanelli (2001, p. 33) retrata que era a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.

Como se pode perceber a educação certamente pertencia àqueles que no futuro poderiam tomar posse da direção da família e dos negócios da nobreza.

Mas apesar da exclusão no que diz respeito à educação a sociedade foi se desenvolvendo e se expandindo cada vez mais, ou seja, a sociedade em si cresceu de forma gradativa em relação à economia no ramo agrário, a partir daí as preocupações passam a dar ênfase a assuntos mais abrangentes como a política e a economia sendo necessário rever o conceito de educação daquela época e a maneira com que se ensinava. Dessa forma, o ensino era mecânico e se baseava

nos interesses da sociedade, através desse crescimento as pessoas passaram a ter mais contato com a educação.

A elite acabava proporcionando e alimentando uma desigualdade, afinal não priorizavam a educação, a grande preocupação era o dinheiro, a expansão e o crescimento, mas não existem formas de crescimento sem o poder transformador da educação, somente através dela pode-se formar uma sociedade justa, igualitária e bem desenvolvida financeiramente.

Moll (2002, p.17), afirma que:

Uma estrutura social que não privilegia a educação escolarizada, estendendo conteúdos alienados e de concepção elitista, com um sistema esfalecido de aulas avulsas, fecundado pela ideologia da interdição do corpo, que exclui da escola o negro, o índio e quase a totalidade de mulheres (sociedade patriarcal), gera inevitavelmente um grande número de analfabetos.

As pessoas não pensavam na educação a partir de um todo, apenas formulavam hipóteses e criavam ideias buscando somente satisfazer a si próprio, através disso crescia cada vez mais o analfabetismo, a desigualdade e os vários problemas sociais inclusive a exclusão. E esse modelo de educação mecânica, excludente e elitista ainda mostra seus efeitos nos dias de hoje.

O material produzido pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita Ceale (2004, p. 15), retrata muito bem essa questão no caderno 1, afirmando:

Sabemos sobre que parcelas da população incidem o analfabetismo e o fracasso escolar. Sabemos quais grupos sociais não têm acesso à escolarização. Os dados do SAEB são exemplares: o fracasso na alfabetização é maior entre as crianças que vivem em regiões que possuem piores indicadores sociais e econômicos, entre as crianças que trabalham, entre as crianças negras. Quer dizer, o problema do analfabetismo, na escola, ou fora dela, é parte de um problema maior, de natureza política: o da desigualdade social, o da injustiça social, o da exclusão social.

Mediante todo esse processo de expansão os países passaram a se preocupar com a implantação definitiva da escola pública universal e gratuita, pois nasceu uma tendência industrial e o país passou a ter “certa obrigação” de agir como educador, como responsável pela educação do povo. Através do surgimento de uma revolução industrial nasceu à necessidade de uma mão de obra e de pessoas qualificadas para trabalhar dentro dessas indústrias, então as pessoas que viviam no campo passaram a se concentrar nos grandes centros urbanos a fim de trabalhar, o país então sentiu a

necessidade de acabar com o analfabetismo e qualificar os empregados. A produção no interior das empresas exigia cada vez mais um trabalho bem desenvolvido, no entanto, a necessidade de ensinar as pessoas aumentava cada vez mais.

Para Romanelli (2001, p. 59), "onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho".

A partir desse momento a leitura e a escrita começam a ganhar mais crédito e adquire um padrão benéfico e útil à sociedade, pois conforme o capitalismo industrial e a procura pela escola iam se desenvolvendo no país o contexto educacional também necessitava de reformas.

Romanelli (2001, p.62), ainda afirma que:

Se, de um lado cresceram a procura pela escola e as oportunidades educacionais, de outro lado, a estrutura escolar não sofreu mudanças substanciais, a ponto de oferecer, quantitativa e qualitativamente falando, o ensino de que a sociedade carecia.

O foco das preocupações ainda era o avanço da sociedade, a urbanização e o capitalismo. Já para os cidadãos nascia o começo de um avanço educacional e de uma forma de vida viável, pois o capitalismo gerava grandes números de empregos e a educação que antes era apenas um sonho, passa a ser realidade da vida das pessoas.

Barbosa (1994, p.19), vai um pouco mais longe e diz que:

Paralelamente a educação passa a ser vista, pelos pais, como a esperança de ascensão social, poupando os filhos de um futuro de trabalhos considerados rudes e mal remunerados. Desse modo cresce a demanda pela educação, nasce assim o mito da alfabetização, e a promoção coletiva, visando à mudança social substituída pela escalada pessoal patrocinada pelo sucesso escolar.

A educação em si passou por um grande avanço, embora ainda deixe muito a desejar. Para que a alfabetização se desenvolva com sucesso é preciso pensar na criança, nos processos, nos métodos para alfabetizar, ensinando de forma eficaz.

O mapa a seguir mostra que o Brasil ainda tem muito que melhorar no que diz respeito à alfabetização, pois de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) retratou em 2009 que o Brasil ainda possui 14,1 milhões de analfabetos, sendo estes maiores de 15 anos de idade.

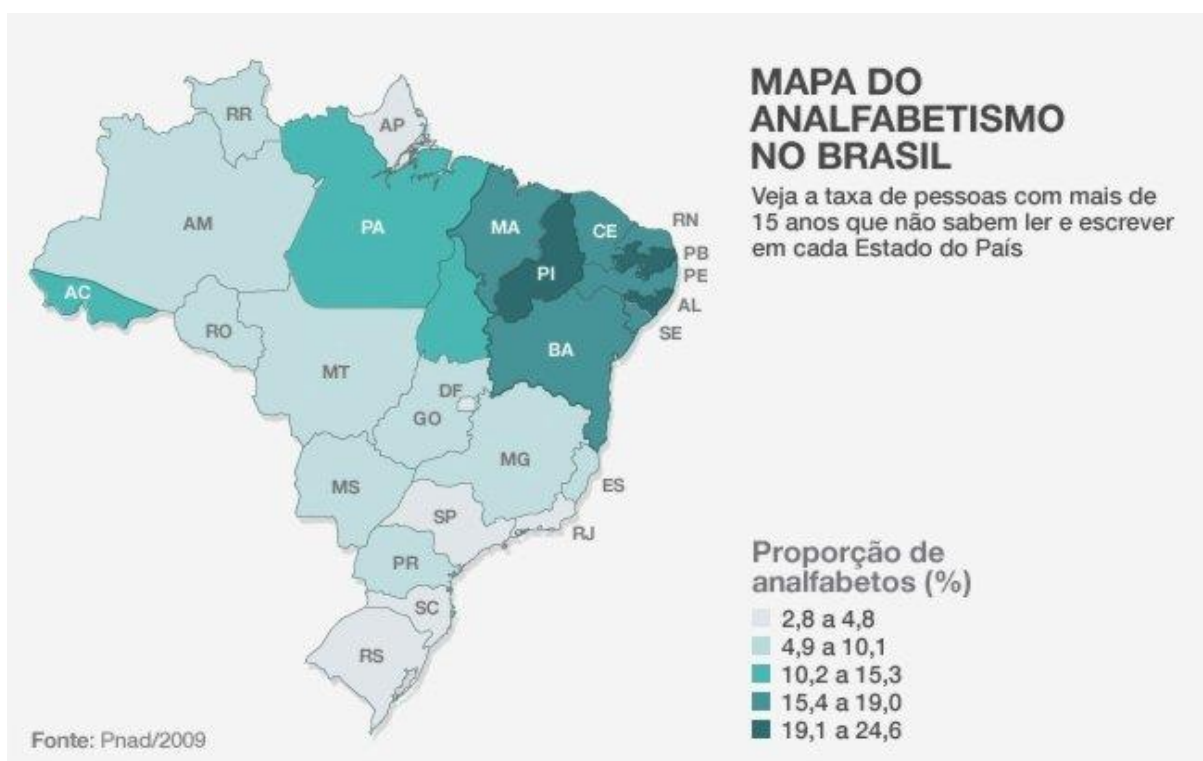


Figura 1 - Mapa do analfabetismo no Brasil

Fonte: PNAD, 2009.

Segundo o material produzido para professores e especialistas na área alfabetização pelo Ministério da Educação, Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA, 2001) módulo 1, a evolução da alfabetização passou por três períodos, em que o primeiro corresponde na busca do melhor método para ensinar as crianças a ler, mas através disso apareceram suposições de que o fracasso escolar ocorria com base na utilização de métodos inadequados, já no segundo período a discussão sobre o conceito de alfabetização e o motivo pelo qual se dava o fracasso escolar ocorreu de forma mais ampla, muito dinheiro foi investido em pesquisas para se tentar chegar a uma conclusão sobre o porque as crianças não aprendiam e o que poderia haver de errado com elas, no entanto, buscava-se no aluno a razão do seu próprio fracasso. Daí surgiu teorias que supunham que a criança necessitava de pré-requisitos (linguísticos, psicológicos, cognitivos, motores...) para se alfabetizarem e a única razão para o fracasso seria a falta dessas habilidades em algumas crianças, surgindo os testes de “prontidão” que ofereciam um conjunto de atividades para verificar e principalmente medir a

capacidade da criança para poder se alfabetizarem, mas foi tudo em vão. O terceiro momento se trata de uma grande mudança onde o enfoque passa por uma reflexão para tentar compreender como se dá a aprendizagem dos que já aprenderam e o que pensam sobre a escrita aqueles que ainda não se alfabetizaram.

Após esses três períodos surge um marco divisor na alfabetização, que foram as pesquisas realizadas por Emília Ferreiro e Ana Teberoski, alunas e seguidoras de Jean Piaget, que através de estudos científicos retrataram no livro *Psicogênese da Língua Escrita* que era necessário haver uma mudança de concepção dos educadores sobre a língua escrita, e que não era mais possível alfabetizar sem pensar em vários outros aspectos como:

- desconsiderar os saberes que as crianças constroem antes de se alfabetizarem;
- deixar de pensar nos diferentes sintomas provocados pela desigualdade social.

Dessa forma acredita-se que a desigualdade social pode afetar de maneira direta a aprendizagem das crianças por não oferecer um ambiente alfabetizador e oportunidades concretas de cultura escrita.

1.2 - O que é alfabetização

A escola parece ser falha ao tentar desempenhar essa tarefa, é muito difícil garantir o direito de todos à alfabetização, mas o que não se sabe é a raiz do problema, antes se acreditava que a razão estava no próprio aluno, ou talvez no método utilizado. Outros ainda acreditavam até mesmo que o problema estava no meio em que a criança estava inserida, ou seja, a criança pertencente a uma classe social baixa não conseguiria se alfabetizar.

PROFA (2001, P.10), afirma dizendo:

Se é verdade que esses alunos chegam a escola sem muita intimidade com os usos sociais, também é verdade que eles trazem um repertório de saberes que as crianças e jovens da classe média e alta não possuem, saberes que não são valorizados e nem validados no ponto de vista pedagógico.

Pode-se perceber então, que o meio que a criança está inserida pode influenciar no seu processo de alfabetização, mas é preciso estabelecer um ponto de partida de modo que aproveite o conhecimento prévio de cada criança,

desenvolva trabalhos que agucem o desenvolvimento garantindo assim a alfabetização a todo aluno, pois a aprendizagem ocorre mediante a interação com o que vai ser aprendido, a partir de hipóteses que a criança constrói ao longo de todo o processo. No entanto, cada criança traz uma bagagem cultural que precisa ser valorizada de maneira que contribua com a construção do conhecimento. Mas afinal o que é alfabetização?

O Dicionário Aurélio (1997), apresenta a definição da palavra alfabetizar, sendo esta o ato de ensinar a ler e a escrever.

Portanto, alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, sendo alfabetização a ação de alfabetizar, de tornar “alfabeto” (SOARES, 2001).

Definir a palavra alfabetização pode ser muito fácil, mas difícil é entender como a criança se alfabetiza.

Para Lima (2001, P.63):

Pode-se dizer que todas as atividades da criança são “leituras de experiência”, ou seja, quando ela leva um objeto a boca, quando agarra, puxa e encaixa objetos, quando ouve e imita sons etc.. ela está lendo o mundo que a cerca. Toda criança possui um esquema de assimilação. A alfabetização deve ser entendida, pois, como um processo que se inicia com a criança pegando, ouvindo, combinando e experimentando objetos.

Mediante as afirmações fica claro que cada um tem sua maneira e o seu tempo de se alfabetizar.

Pode-se então perceber que a alfabetização é um processo que vem se desenvolvendo mediante o crescimento da criança; ou seja, cada ato que ela comete a levará ao desenrolar da alfabetização, no entanto, se faz necessário oportunizá-la, instruí-la, instigá-la, inseri-la no mundo da leitura desde os seus anos iniciais, de forma que ela se socialize desde cedo com a leitura e a escrita.

Para Ferreiro e Teberosky (1999), *in apud* Russo e Vian (1999, p.32), entende-se como alfabetizada a criança que dominou a base alfabética do sistema de escrita, que lê com compreensão e escreve textos com sentido possíveis de serem lidos, mesmo que apresentem erros de ortografia.

1.3 - O que é letramento

Pode-se dizer que o termo letramento ainda é muito novo para milhares de pessoas, pois esse termo surgiu mediante a expansão e o alargamento do conceito de alfabetização.

O termo surgiu mediante o aparecimento de novas idéias, a idéia de expansão do conceito de “alfabeto” que era aquele que sabia ler e escrever, mas houve uma grande transformação que mudou totalmente o conceito dessa palavra. No entanto a sua concepção passou a adotar um sentido mais amplo, em que não bastava somente saber ler e escrever, mas sim além de construir estes saberes era preciso ter práticas hábeis com a leitura e a escrita a fim de transmitir esses conhecimentos para o desenvolvimento pleno da criança.

É importante dizer que antes do termo letramento surgiu o termo alfabetismo, sendo este o oposto de analfabetismo, mas seu uso não obteve sucesso devido à grande expansão do contexto, havia a necessidade de um conceito mais amplo, pois o alfabeto não desenvolve práticas sociais com a leitura e a escrita, apenas aprendeu a ler e escrever (SOARES, 2001).

Surge a partir daí o letramento colocando em foco a diferença de alfabetização e o letramento.

Soares (2001, p.47), distingue estes dois termos como:

- Alfabetização: ação de ensinar/aprender a ler e a escrever.
- Letramento: estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

Como se pode perceber a alfabetização e o letramento são dois termos que se completam no campo de construção do conhecimento na criança, ou seja, são essenciais no processo de ensino e aprendizagem.

Devemos alfabetizar letrando, ou seja, deve-se criar uma familiarização, uma intimidade entre o aluno e as práticas sociais de escrita e leitura. Uma pessoa que é letrada sente o gosto e prazer pela leitura e pela escrita, está em pleno desenvolvimento já uma pessoa alfabetizada sabe ler e escrever, mas não desenvolve habilidades para se tornar capaz de atuar sobre o mundo, por isso é necessário analisar e rever de forma concreta esses dois conceitos (SOARES, 2001).

1.4 - Condições para o letramento

É necessário que haja condições para que ocorra o letramento, pois se acredita que o nível de letramento que cada indivíduo passa se refere fortemente com o nível social que ele esteja inserido. É importante ressaltar que a partir do momento que o letramento é inserido na vida desse indivíduo este vai passar a agir de forma diferente, de forma crítica diante da sociedade em que está. O letramento condiciona o ser humano a viver de forma diferente (SOARES, 2001).

Soares (2001, p.37-38), é muito claro ao retratar esse aspecto quando cita que:

Socialmente e culturalmente, a pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma condição social e cultural – não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, cultural, mas de mudar seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura – sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente. Aprender a ler e a escrever e, além disso, fazer uso da leitura e da escrita transforma o indivíduo, o leva a outro estado ou condição sob vários aspectos: social, cultural, cognitivo, lingüísticos, entre outros.

É preciso pensar, refletir nessas condições, afinal muitas vezes exige-se muito do aluno que já sabe ler e escrever, mas que, no entanto, não exerce práticas e habilidades com esses saberes na vida cotidiana perante a sociedade. É preciso analisar o meio em que ele está inserido, pois esse meio pode não colaborar, nem estimular e nem ajudar o processo de ensino-aprendizagem e por consequência prejudicar a maturidade do aluno em seu processo de letramento.

Soares (2001, p.58), cita que: “O nível de letramento de grupos sociais relaciona-se fundamentalmente com as suas condições sociais, culturais e econômicas”.

Diante disso é preciso que a escola ofereça uma verdadeira forma de aprendizagem para todos os discentes, é preciso que todos provoquem e criem um ambiente favorável à alfabetização e ao letramento, ou seja, deve-se enriquecer a escola com livros, textos de diferentes gêneros além do trabalho com projetos pedagógicos, proporcionando um diversificado material que impulse o aluno a criar um gosto pela leitura.

2 - O DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE 4 A 7 ANOS

A criança é uma participante ativa no processo de desenvolvimento. Helen Bee

2.1 - A importância do estudo do desenvolvimento infantil e suas principais características

A criança ao longo da vida passa por várias transformações em seu desenvolvimento, então, é importante no campo educacional, pensar na maneira como acontece o desenvolvimento da criança para que se possa entender todo o processo de aprendizagem.

É preciso entender o que e como a criança pensa e ao longo desse período e assim conseqüentemente analisar a maneira com que cada indivíduo se comporta mediante determinadas situações (BEE, 1996).

Bock (*et al* 1999, p. 98), reforça esta idéia quando cita que:

A criança não é um adulto em miniatura. Ao contrário apresenta características próprias de sua idade. Compreender isso é compreender a importância do estudo do desenvolvimento humano [...] existem formas de perceber, compreender e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária.

No entanto para que se possa obter uma educação e uma alfabetização com sucesso é necessário conhecer aquele que será ensinado (aluno), descobrir como

ensiná-lo e a melhor maneira de atingir os objetivos educacionais desejados levando-o a produzir o conhecimento, mediante isso, tudo o que está ligado ao desenvolvimento deve ser pensado e analisado de maneira concreta.

O desenvolvimento está diretamente ligado com o crescimento e o amadurecimento da mentalidade. A mentalidade se trata de certa organização da atividade mental que vai se desenvolvendo e aperfeiçoando, resultando em um equilíbrio de vida para o ser humano, ou seja, ele passará a conviver de maneira construtiva na sociedade em relação a sua vida social, afetiva e cognitiva. BEE (1996). Pode-se observar então, que o desenvolvimento deve ser visto em sua totalidade, de forma global, pois nele estão inseridos desde aspectos orgânicos do desenvolvimento até a vida social do ser humano sendo eles: Aspecto físico motor, aspecto intelectual, aspecto afetivo emocional e aspecto social.

Para Bock, *et al*(1999):

Para entender melhor, o aspecto físico-motor está ligado ao desenvolvimento orgânico, ou seja, o movimento do corpo e a manipulação de objetos, já o aspecto intelectual se trata do pensamento, do raciocínio, do cognitivo. O afetivo-emocional está ligado com a maneira que o indivíduo trata as suas experiências, suas emoções e seus sentimentos, por último o aspecto social está relacionado com a maneira que o ser humano se comporta perante as outras pessoas e perante a sociedade.

A partir dos aspectos do desenvolvimento citados pode-se dizer que existem várias questões que podem influenciar direta ou indiretamente o desenvolvimento.

Para Bee (1996, p. 467), “todo o desenvolvimento é produto de várias formas de interação entre influências externas e internas”.

Entretanto, o desenvolvimento só pode ocorrer com êxito se a criança viver em um ambiente propício para que ele ocorra, no entanto, existem vários fatores que influenciam e afetam esse desenvolvimento, sendo eles: a hereditariedade, que pode implicar de alguma maneira o desenvolvimento através da genética; o crescimento orgânico que se trata da maturação do corpo, como por exemplo, o andar o falar, entre outros. Outro aspecto é a maturação neurofisiológica que se constitui pela ligação da mente com o corpo estabelecendo vínculos entre raciocínio e ação, o último fator é o meio que se trata das influências ambientais, ou seja, uma criança que está inserida em um ambiente que estimula a sua leitura e escrita

conseguirá se alfabetizar rapidamente, diferente de outra que não estabelece nenhum vínculo com essas praticas escolares relacionadas à alfabetização.

Enquanto as crianças oriundas de famílias que fazem uso sistemático da escrita e da leitura passam pela primeira infância aprendendo coisas desse tipo, em suas casas, com seus pais, tios e avós, as crianças privadas dessas experiências estão aprendendo o que seria impensável a uma criança pequena de classe média alta: cozinhar para os irmãos menores, dar banho sem derrubá-los, acordar de madrugada para ir trabalhar na roça [...] as primeiras ocupam seu tempo desenvolvendo procedimentos que as farão se alfabetizar muito cedo, as últimas por sua vez estão desenvolvendo outros procedimentos relativos à suas experiências, cotidianas (PROFA, 2002).

Sendo assim conclui-se que o meio que a criança vive influencia notavelmente o seu desenvolvimento, ou seja, para que ela aprenda a ler e escrever de fato, é necessário que ela tenha condições favoráveis para que isso ocorra.

2.2 - O desenvolvimento cognitivo infantil e os conceitos centrais da teoria de Jean Piaget

Há vários autores que realizaram diversas pesquisas sobre o desenvolvimento humano, todavia, não se pode deixar de ressaltar os estudos e as teorias deixadas por Jean Piaget.

Piaget foi um dos grandes estudiosos que contribuiu profundamente com a questão do desenvolvimento infantil no campo cognitivo. Piaget parte de uma hipótese de que o desenvolvimento da criança ocorre de forma regular. Suas pesquisas começaram observando que as crianças passam pela mesma fase de desenvolvimento, tomam as mesmas atitudes, cometem os mesmos erros (BEE 1996).

Portanto, sua teoria se baseia em etapas, e pressupõe que os seres humanos passam por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis.

Para Piaget, a criança é um ser ativo e durante seu desenvolvimento participa de várias atividades como correr, brincar, pular, conversar, e para desempenhar essas atividades é necessário uma interação contínua com o meio e o seu próprio organismo, e através dessa interação ela passa a se organizar e a se

adaptar ao meio em que vive, portanto pode-se perceber que Piaget acredita que toda atividade que a criança executa é uma tentativa de se adaptar ao mundo que a cerca.

Bee (1996), comprova esta hipótese quando coloca que a criança pode ser comparada com um pequeno cientista que explora e busca o conhecimento a todo o momento, procurando adaptar-se ao mundo que a cerca a partir de diversas maneiras.

2.3 - Conceitos centrais

Como já foi dito a criança tenta se adaptar ao mundo de várias formas e para compreender esse processo de adaptação e organização Piaget parte de quatro conceitos centrais:

a) Esquemas

Para Piaget o conceito de esquema está diretamente ligado a ações. Por exemplo, quando uma criança pega uma bola olha e segura, esta criança está utilizando dois esquemas, o “esquema de olhar” e o “esquema de segurar”. Piaget afirma que todos os bebês nascem com um pequeno repertório desses esquemas como: o segurar, o olhar, o ouvir etc. No início de vida da criança o conceito de esquema é mais voltado para a questão motora, mas com o passar do tempo e do amadurecimento da criança o conceito de esquema se torna mais voltado para a mentalidade, adquirindo a capacidade de comparar um objeto com o outro por exemplo. E assim esse conceito vai se amadurecendo cada vez mais e a criança passa a adquirir um raciocínio mais amplo, pois ela começa a analisar ao invés de somente tocar, olhar, e segurar como acontecia antes. BEE (1996, p.195)

Como se pode perceber o conceito de esquema criado por Piaget se trata de estruturas mentais cognitivas, em que os indivíduos passam a se adaptar e organizar o meio em que vive, e que a criança ao nascer possui poucos esquemas sendo eles apenas de natureza reflexa como a sucção, o pegar, e à medida que crescem seus esquemas se modificam e se tornam mais refinados conforme as exigências do meio, e para que esses esquemas se modifiquem é necessária a presença de outros fatores como a assimilação, a acomodação e a equilibração.

b) Assimilação

Segundo Bee(1996), assimilação é um processo ativo. Portanto ela está presente em todos os momentos. O dicionário Aurélio (2001, p. 68) apresenta a definição da palavra assimilação como sendo: “Ato ou efeito ou processo de assimilar”. Entretanto a partir daí pode-se perceber que quando

um indivíduo assimilou algo quer dizer que ele entendeu, absorveu ou compreendeu.

Portanto, a assimilação se trata de um processo pelo qual a criança absorveu algum evento a um esquema já existente. Bee (1996, p. 195) diz que quando uma criança mais velha vê um cachorro e o rotula como “cachorro” ela está assimilando aquele animal em sua categoria ou esquema de cachorro. Aí é importante lembrar que se uma criança já tem criado em sua mente um conceito de cachorro, ao ver outro animal que possui as mesmas características de um cachorro (pêlo, boca, rabo) ela também o verá como um cachorro. No entanto, nesse processo de assimilação a criança usa as estruturas que já possui, ou seja, ela capta coisas no meio ambiente e as organiza aumentando assim seus esquemas, mas para haja essa ampliação dos esquemas já existentes é preciso que haja a acomodação.

c) Acomodação

Segundo Bee(1996), o processo complementar é a acomodação, que envolve modificar os esquemas em resultado das novas informações absorvidas pela assimilação[...] o processo de acomodação é a chave para a mudança desenvolvimental. Através da acomodação, nós reorganizamos nossas idéias, melhoramos nossas habilidades, mudamos nossas estratégias. Para entender melhor quando uma criança observa um animal com as mesmas características do cachorro ela certamente o assimilará como um cachorro, então será indispensável à presença de um adulto para corrigi-la dizendo que não se trata de um cachorro. A criança ao perceber a diferença irá acomodar essa idéia a uma nova estrutura e passará a ter um conceito para aquele animal e outro conceito para o cachorro.

No entanto, a acomodação se baseia em conflitos ocorridos mediante diversas situações e através desses conflitos ela se modificará e se ajustará ao meio ambiente. Através deste exemplo pode-se observar que a acomodação pode ocorrer de duas maneiras sendo, a criação de novos esquemas e a modificação dos esquemas já existentes, com o objetivo de assimilar outro.

d) Equilibração

A equilibração se trata da busca que o ser humano faz para estar em equilíbrio com o mundo, para entendê-lo, se trata de um processo de passagem do desequilíbrio para o equilíbrio, ela é o resultado dos conflitos gerados nos processos de assimilação e acomodação.

Mediante todo esse processo de adaptação Piaget cria os períodos de desenvolvimento que são os estágios.

Bee(1996, p. 33), nos aponta que “a exploração que a criança faz do seu ambiente conduz ao passar do tempo a uma série de entendimentos ou teorias bastante distintas sobre como o mundo funciona e cada uma delas compreende a um estágio específico”.

Com base em (Bock *et al* 1999), apresentam-se abaixo os estágios do desenvolvimento defendidos por Piaget e suas definições:

1º- Sensório Motor

Este estágio de desenvolvimento perdura em uma faixa etária de 0 a 2 anos no ser humano. Sua principal característica está na percepção e nos movimentos que a criança cria neste período de tempo, ela age de acordo com os estímulos que recebe, não planeja nem intenciona atividades. Já no final do período as habilidades da criança ficam mais aguçadas, no entanto, comprova-se que o desenvolvimento é o suporte para o aparecimento de novas habilidades.

2º- Pré Operatório

O período pré-operatório é considerado por Piaget como o período da primeira infância que ocorre dos 2 aos 7 anos.

Um dos principais marcos neste estágio são o aparecimento e o desenvolvimento da linguagem que resultará em um avanço tanto social, quanto afetivo e cognitivo na criança. Nesta fase ela centra seu pensamento e atenção somente nas aparências, Piaget dizia que ao colocar a mesma quantidade de água em dois copos diferentes e mostrar a ela, certamente ela dirá que a quantidade também é diferente, talvez por um copo ser mais largo que o outro. Portanto ela não consegue estabelecer relações entre tamanho e quantidade.

Também conhecido como estágio das atividades simbólicas, ele é marcado pelo jogo simbólico que a criança faz. Isso acontece quando ela começa a explorar o “faz de conta”, onde um objeto representa outro (uma vassoura vira um cavalo) brinca de “mamãe e papai”, enfim, ela representa o mundo através do faz de conta e passa a assumir papéis da vida real em suas brincadeiras. Esse estágio também é marcado pelo egocentrismo na criança, ela requer que todas as pessoas vejam o mundo como ela vê e as atenções dos pais devem ser voltadas a ela. A criança nesta fase só consegue pensar em si mesmo, não consegue se colocar no lugar do outro, nesta faixa etária a criança também requer uma explicação para tudo, se trata da tão famosa “fase dos por quês”.

Ao final desse estágio a fase egocêntrica vai perdendo seu sentido e a criança já começa a pensar no outro e observar detalhes.

3°- Estágio das Operações Concretas

Esse estágio é marcado pela infância em si, ocorrendo aproximadamente dos 7 aos 11 anos de idade. Nesta fase o egocentrismo já não existe mais, pois a criança passa a estabelecer relações entre diversos aspectos como tempo, espaço, ordem. Adquire habilidades para o trabalho em grupo, consegue desenvolver mentalmente atividades e revertê-las para o início, ex: quebra cabeça.

Outro aspecto importante neste estágio é a abstração, agora a criança já consegue desenvolver noções de abstração, mas ainda depende do mundo concreto para tal atividade.

4°- Estágio das Operações Formais

Este período é marcado por uma faixa etária dos 11 anos em diante (adolescência). Nesta fase o adolescente adquire certa autonomia quanto à vida em si, já obtém uma postura para lidar com o mundo e já conseguiu se adaptar e se equilibrar no ambiente em que vive.

Nesta fase o indivíduo também já consegue abstrair sem que haja algo concreto, formula hipóteses, vive conflitos e consegue resolvê-los.

Fica clara a necessidade de rever os conceitos relacionados ao desenvolvimento humano, pois de acordo com as pesquisas feitas por Piaget, todo indivíduo passa pelas mesmas fases do desenvolvimento em determinado momento, e cada pessoa em si age de acordo com o estímulo que lhe é dado. Por isso todo professor deve ter em mente as principais fases do desenvolvimento infantil, pois só assim ele irá saber como cada criança irá agir mediante as diversas situações do dia a dia, como o aluno aprende e como ele interage com o meio e só dessa maneira irá saber como intervir de maneira correta no processo de aquisição da leitura e da escrita de cada aluno.

3 - PORQUE OS MÉTODOS NÃO ALFABETIZAM A MAIORIA DOS ALUNOS ?

O processo de alfabetização deve ser fundamentado em um bom trabalho mediante o professor e todo o pessoal escolar de forma que consigam transmitir aos discentes uma aprendizagem duradoura, eficaz e de qualidade, além de transformá-los em cidadãos críticos para que consigam viver em sociedade. Mas para que isso ocorra é necessário transformar o ambiente escolar de forma que desenvolvam nos alunos habilidades, competências e o desejo a educação e ao aprendizado. Portanto, o processo de alfabetização deve ocorrer de forma prazerosa e desafiadora, e mediante esta hipótese, é extremamente importante refletir sobre o trabalho que é desenvolvido pelo professor. Será que é realmente prazeroso desafiador e está de acordo com a necessidade de cada aluno nos dias de hoje?

Antes da revolução da alfabetização implantada por Emilia Ferreiro e Ana Teberoski vários professores utilizavam o trabalho com métodos de ensino, que por sua vez tiveram sua eficiência, pois as exigências na sociedade em relação à alfabetização eram outras, mas hoje este tipo de metodologia já vem perdendo sua essência visto que o ser humano e a sociedade muda a todo instante. Hoje devido aos meios de comunicação (televisão, computador, celular, etc.), a criança se tornou um ser pensante e ativo em seu processo de aprendizagem, por isso já não se pode mais ensinar como antes. Mediante isto os métodos de ensino podem causar um insucesso na construção do conhecimento.

De acordo com Brandão (1981, p. 21):

Métodos de alfabetização tem um material pronto: cartazes, cartilhas, cadernos de exercício. Quanto mais o alfabetizador acredita que aprender é enfiar o saber de quem sabe no suposto vazio de quem não sabe, tanto mais tudo é feito de longe e chega pronto, previsto.

Portanto, o trabalho desenvolvido por métodos acaba não estimulando a criança, visto que eles estabelecem limites, fazem com que a criança não reflita suas ações e pensamentos, pois tudo já é dado pronto e padronizado a ela se esquecendo do indivíduo como ser único e pensante.

Feil (1991), coloca que:

Existe um grande número de crianças que são vítimas de um método arcaico, ultrapassado, que lesa profundamente a natureza infantil. Método que ignora o fato de a criança ter capacidades naturais de aprender. Métodos que transformam crianças em incapazes de resolver as coisas por si próprias.

Hoje na sociedade contemporâneo o trabalho com métodos de ensino se tornou algo ultrapassado, pois não permite que a criança construa hipóteses do que vai ser aprendido, muitas vezes ele se baseia em atividades já prontas, não valorizando os saberes já existentes nem a cultura trazida pelo educando.

PROFA (2001):

Quando a escola não valoriza esta diversidade de saberes, fruto das experiências anteriores faz com que estas crianças se sintam entrando em um novo mundo, estranho e hostil. Nessas condições, é de se esperar que elas percebam que não podem corresponder ao que os professores esperam delas e acabam desenvolvendo a crença de que são incapazes.

Portanto é preciso fazer com que as crianças estabeleçam práticas com a leitura e com a escrita valorizando os conhecimentos já adquiridos. É preciso fazê-las entender de que maneira ocorre esse processo, fazer com que se sintam parte dele e assim criar um trabalho pedagógico comprometido com o sucesso e a aprendizagem de todos (PROFA, 2001).

Apesar de tudo, infelizmente não é isso que ocorre no ambiente escolar e a razão do fracasso na educação está sempre preza na criança que se torna refém de métodos insignificantes que acaba retardando sua alfabetização e ate mesmo criando um círculo de exclusão.

Feil (1991, p. 31), inconformado com essa questão ressalta que:

[...] é de se espantar que ainda estejam sendo utilizados métodos totalmente defasados. Pode-se inclusive questionar: porque apesar de comprovada sua deficiência ainda continua sendo desenvolvidos em nossos dias? Porque as escolas submetem as crianças a seguir um caminho tão tortuoso, desvestido de qualquer atrativo?

A resposta se baseia em um enorme equívoco que dura anos, pois acreditam que a aprendizagem só pode ocorrer mediante conteúdos e trabalhos escolares baseados na memorização (PROFA, 2001).

Para entender melhor essa questão relacionada à memorização é necessário entender como é desenvolvido o trabalho com os métodos e quais são eles.

3.1 - Os métodos de ensino e suas características

Os métodos de alfabetização são divididos em dois grupos, sendo eles:

- 1) Métodos sintéticos
- 2) Métodos analíticos

No grupo dos métodos sintéticos ou tradicionais estão englobados o método alfabético, o fônico e o silábico, já no grupo dos analíticos estão os métodos de palavração, sentencição e o global de contos.

Feil (1991, p. 27), tenta explicar um pouco sobre os métodos sintéticos e diz que a alfabetização, fundamentada nos métodos tradicionais, torna-se artificial e mecânica e muito distante de quem se pretende atingir, ou seja, a criança. A distância entre a leitura do adulto e a maneira de alfabetizar é evidente. Ensina-se partindo de letras para a criança formar sílabas e só mais tarde formar palavras, e o pior, palavras que só tem a função de fixar as letras estudadas. São apresentadas de uma forma isolada.

Diante disso já começa a ficar claro o fracasso que é imposto pelos métodos de ensino, a criança se torna apenas um objeto e aprende mecanicamente, pois não consegue fazer ligações com o uso e função social da escrita, e a aprendizagem só ocorre mediante o que o método impõe, ou seja, a criança começa a estabelecer vínculos somente com as letras, fonemas, sílabas e só depois passam a compreender o mais complexo como palavras, frases e textos, não desenvolvendo relação social com a leitura e a escrita, portanto a aprendizagem não ocorre de maneira social.

Por isso esses métodos, infelizmente ainda utilizados por alguns, podem sim ser uma das causas do fracasso e do analfabetismo no Brasil, pois a sociedade hoje exige um cidadão crítico e que exerça práticas sociais com a leitura e com a escrita.

Prova disso são as pesquisas anteriores realizadas pelo Censo, pois em seus questionários era necessário apenas que a pessoa soubesse ler e escrever, já no censo realizado no ano de 2000 a pergunta passou a ser a seguinte: “você sabe ler e escrever um bilhete simples?” Portanto a sociedade espera mais de seus integrantes, mas a maneira de educá-los e formá-los ainda continuam sendo a mesma.

É triste pensar que essa forma de ensinar que não supre as necessidades da sociedade, não valoriza conhecimentos, não estimula a aprender ainda exista, pois diante disso os alunos que não estabelecem resultados perante essa metodologia sempre serão vistos como um problema, rotulados como indisciplinados e sem concentração (FEIL, 1991).

Feil (1991, p. 29), ainda afirma que neste método “a criança é barrada em sua criatividade, pois é obrigada a trilhar caminhos pré-concebidos. Se ela não der a resposta esperada é sempre ela o problema e nunca a metodologia.”

Para entender melhor o método considerado como tradicional, apresenta-se abaixo a sua definição:

- **Método alfabético:** este método consiste em decorar primeiramente todo o alfabeto, saber fazer a representação gráfica, formar sílabas e depois aprender palavras, frases e textos. A maneira de ensinar através desse método é feita a base do treino, onde o professor ensina e o aluno apenas repete. Ele é caracterizado como uma forma de leitura lenta e mecânica, pois os textos utilizados são totalmente sem sentido, servindo apenas para a memorização.

- **Método fônico:** este método consiste em focar a atenção nos sons de letras isoladas e depois o som das sílabas que mediante sua junção formarão palavras e depois frases. O seu procedimento se baseia em primeiramente ensinar as vogais e seus sons, depois se acrescenta as consoantes fazendo a combinações entre elas e as vogais aprendidas, por último serão introduzidas as sílabas que juntas formarão palavras. O método fônico fica preso apenas em unidades que não estabelecem nenhum significado ao aluno. São utilizadas as historietas para fixar melhor o ensino.

- **Método silábico:** o método silábico se baseia em uma sequência lenta e longa que faz uso de um processo de decodificação, através de repetições, memorização e cópias. Este método inicia com as vogais e suas combinações, os ditongos, depois as consoantes, combinações entre consoantes e vogais, apresentação de letras com mais de um valor sonoro (C e G, S e Z), apresentação dos dígrafos.

Depois de ter passado por todo esse processo inicia-se o trabalho com as palavras que ficam sempre acompanhadas por uma figura, é importante dizer que este método foca a aprendizagem mediante as sílabas (BO + LA= BOLA) e os textos utilizados não apresentam sentido real e não exploram a criatividade do aluno.

O educando em si, necessita de várias formas para que possa aprender, pois é um ser ativo que, corre, brinca se comunica. por isso a interação faz com que ele aprenda e crie competências e habilidades na vida.

Sendo assim, percebe-se que a interação desenvolvida com os outros e com o mundo de maneira “correta” contribui profundamente com a evolução da aprendizagem.

Como foi visto anteriormente os métodos sintéticos não proporcionam nada disso ao aluno, se trata apenas de uma forma mecânica de aprender ensinando através de sentenças, partindo de coisas pequenas (letras) para depois alcançar o todo (frases, textos).

Já os métodos analíticos são:

- **Método de palavração:** neste método o foco maior é a palavra que é apresentada a criança e só depois é decomposta, sendo aprendido globalmente, o importante na palavra que será aprendida não é o seu grau de dificuldade, mas basta que tenha significado para a criança.

- **Método de sentencição:** neste processo o ensino parte da sentença, ou seja, o foco está no global, trabalhando as frases que serão estudadas, compreendidas e só depois serão decompostas em palavras, sílabas e letras.

- **Método global de contos:** este método trabalha em cima de textos e historietas. Os textos só são decompostos depois da memorização feita pelas crianças e depois de estabelecerem noções de sentido perante o que está sendo estudado, portanto, somente depois de ter um convívio maior com o texto é que se trabalham as partes. De acordo com a pesquisa realizada com os métodos de alfabetização observa-se que as crianças são seres ativos e se relacionam com tudo a todo o momento, e que perante essa relação com o mundo, ela constrói várias experiências e passa por

vários desafios construindo seu próprio conhecimento. Algumas devido as suas diferenças aprendem de forma mais lenta, pois cada pessoa tem o seu modo e tempo de aprender, e diante disso constroem uma bagagem que é desprezada notoriamente ao ingressar na escola devido a aulas exaustivas de memorização e um conteúdo sem sentido baseados em métodos ultrapassados

Em suma, percebe-se que a razão dos problemas de aprendizagem pode estar concentrada na metodologia utilizada e não no aluno. Uma fala de Ovídio Decroly faz com que se reflita bastante em tudo isso. Decroly coloca em uma de suas citações que “a escola há de ser para o menino, e não o menino para a escola”. Portanto deve-se fazer da escola um local para receber o aluno, para sanar suas expectativas e seus anseios, desenvolvendo sua capacidade e aumentando seu interesse. Decroly ainda afirma que “o aluno definirá o fim da educação”, para ele o aluno deve permanecer na escola de maneira ativa, livre e espontânea ajudando a definir ideias e métodos, fazendo do professor um facilitador do ensino (FEIL, 1991).

Sendo assim Feil (1991, p. 34), coloca que para Decroly:

A liberdade na escola é fundamental para a criança desenvolver-se natural e normalmente, sem coações, sem impor situações, conhecimentos previamente concebidos. É preciso permitir a criança o máximo de autonomia, para que aprenda por si só a buscar soluções para seus problemas, que por si só queira, ou encontre motivos para o conhecimento e a aprendizagem. Pois comunicar conhecimentos, impor disciplina não leva a aprendizagem.

Já que a aprendizagem e a infância estão totalmente relacionadas à ação e que a criança é um ser extremamente ativo perante o mundo e tudo que a cerca, nota-se que algo deve mudar no que diz respeito às metodologias utilizadas para a alfabetização.

Segundo Feil (1991, p. 36), ainda enfatizando o trabalho de Decroly ressalta que:

Ao invés de valer-se de recursos artificiais, propõe que se busquem as relações de cor, forma, tamanho, textura... nos seres ativos, nos elementos naturais; que a criança sinta o sabor das frutas, o cheiro das flores e faça suas observações, associações... ali, no contato com o real.

É preciso trabalhar de maneira interdisciplinar, fazendo uso de tudo o que o ambiente oferece. Para Decroly a essência de ensinar tanto a ler quanto a escrever se baseia em começar do simples para o composto, mas muitos vêem isso de maneira equivocada, pois o “simples” para muitos é totalmente confundido com o mais curto, e acabam adotando o trabalho com métodos tradicionais de ensino, mas na verdade para a criança o simples se trata de tudo o que ela consegue entender, tudo o que ela consegue ouvir, ver, apalpar, portanto o trabalho deve ser desenvolvido sempre associando a aprendizagem a uma idéia (FEIL,1991).

3.2 - A alfabetização sob novas perspectivas

Diante de tudo que foi visto, nota-se que a maneira de ensinar necessita de grandes reformas, a fim de abranger novas perspectivas em relação à alfabetização.

Dessa forma o material distribuído pelo MEC, Profa (2001, p. 16), da a sua contribuição para essa questão citando:

Nas duas ultimas décadas, a pesquisa a respeito dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita vem comprovando que a estratégia necessária para um indivíduo se alfabetizar não é a memorização, mas a reflexão sobre a escrita. Essa constatação pôs em cheque uma antiga crença na qual a escola apoiava suas práticas de ensino, e desencadeou uma revolução conceitual, uma mudança de paradigma.

Dessa forma, o trabalho de investigação coordenado por Emilia Ferreiro e Ana Teberoski contribuiu gradativamente para uma nova visão sobre a alfabetização, as autoras mostram que a alfabetização não se baseia na apropriação de um código, mas se trata de vários processos e hipóteses relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita.

De acordo com o material produzido pelo ministério da educação, PROFA (2001, p.8), a partir dessa investigação foi necessário rever as concepções nas quais se apoiava a alfabetização. E isso tem demandado uma transformação radical nas práticas de ensino da leitura e da escrita no início da escolarização, ou seja, na didática da alfabetização.

Com o surgimento das pesquisas científicas resultante no livro Psicogênese da Língua Escrita, a escola sentiu a necessidade de rever suas concepções em

relação à língua escrita, sentiu a necessidade de rever como ensinar, de aproveitar os conhecimentos e os saberes que todas as crianças constroem antes do contato formal com a leitura e a escrita, de estabelecer consciência das consequências geradas pela desigualdade social e pela falta de oportunidades para muitas crianças na sociedade, enfim, a pesquisa influenciou vários educadores a pensar na sua maneira de transmitir o conhecimento, os fez perceber que já não se pode mais ensinar como antes (PROFA, 2001).

De certa forma através do trabalho dirigido pelas autoras, nota-se claramente que a maneira de alfabetizar era totalmente desestimulante e que na verdade o problema não estava ligado aos alunos, mas nas metodologias utilizadas.

É claro que existem certas coisas que só se aprende por meio da memorização como números de telefone, endereços, etc. Mas o maior erro dos profissionais da educação foi pensar que todos os conteúdos devem ser aprendidos dessa forma, através de uma intensa memorização. Hoje está sendo atribuído à escola, várias outras funções como a de educar, ajudar formar a personalidade, o caráter, ou seja, para alfabetizar um ser humano e desenvolver nele valores para conviver em sociedade, é preciso além de transmitir conhecimentos, formar caráter, ensinar sobre como respeitar o outro, a preservar o meio ambiente, e essas coisas não se aprende através da memorização, é preciso entender o valor dessas atitudes. E se essas atitudes não se aprendem dessa maneira, o processo de alfabetização também ignora esta metodologia, mas defende a idéia de que devemos entender o que as crianças pensam quando estão aprendendo a ler e a escrever e o que a leitura e a escrita representa para elas (PROFA, 2001).

Por isso, é preciso colocar o aluno em contato direto com a leitura e a escrita, estimulá-lo a escrever mesmo que ele ainda não saiba, pois ele explora e busca compreender o objeto de estudo a todo o momento.

Segundo Ferreiro (2001, p.16), os indicadores mais claros da exploração que as crianças realizam para compreender a natureza da escrita são suas produções espontâneas, entendendo como tal as que não são resultado de uma cópia.

Para Ferreiro (2001), as crianças desenvolvem hipóteses de como interpretar a escrita. Isso ocorre quando elas “escrevem” da maneira que sabe, mesmo que ainda não escrevam convencionalmente.

Dessa forma observa-se cada vez mais que as crianças aprendem sob várias maneiras, e, portanto nunca se deve impor a elas um conhecimento pré concebido,

pois elas criam e buscam seu próprio conhecimento através da observação e das experiências já adquiridas. Dessa forma o melhor a fazer é criar um ambiente que estimule essas crianças a aprendizagem de maneira que as tornem seres ativos dentro do processo de ensino e aprendizagem, respeitando assim suas habilidades individuais.

Ferreiro (2001, p.17), coloca que:

Se pensarmos que a criança aprende só quando é submetida a um ensino sistemático, e que a sua ignorância está garantida até que receba tal tipo de ensino, nada poderemos enxergar. Mas se pensarmos que as crianças são seres que ignoram que devem pedir permissão para começar a aprender, talvez comecemos a aceitar que podem saber, embora não tenha sido dada a elas a autorização institucional para tanto.

Percebe-se então que as pessoas ficaram muito tempo presas a uma polêmica baseada em que tipos de métodos deveriam utilizar para alfabetizar, enquanto que nada disso fez solucionar o problema.

Mas Ferreiro (2001, p.29), afirma que:

Nenhuma dessas discussões levou em conta o que agora conhecemos: as concepções das crianças sobre o sistema de escrita. Daí a necessidade imperiosa de recolocar a discussão sobre novas bases. Portanto, fica claro que as preocupações quando centradas em métodos de ensino de nada adiantam, é preciso refletir sobre o que as crianças pensam sobre o sistema da língua escrita e sobre como elas aprendem.

Mediante o que foi citado acima fica visível a razão desse sub título: “A alfabetização sob novas perspectivas”, pois é necessário rever a maneira de ensinar e se apoiar em novas bases.

Não se pode mais pensar que a criança é uma tábua rasa que chega a escola sem nada para oferecer e sem nenhum conhecimento já formado. Deve-se fundamentar a alfabetização sob uma nova perspectiva e adotar novas práticas de ensino.

Pois ainda de acordo com Ferreiro (2001, p.30):

Há práticas que levam a pensar que o que existe para se conhecer já foi estabelecido, como um conjunto de coisas fechado, sagrado, imutável e não modificável. Há práticas que levam que o sujeito (a criança neste caso) fique “de fora” do conhecimento, como expectador passivo ou receptor mecânico, sem nunca encontrar respostas aos

“porquês” e aos “para quês” que já nem se atreve a formular em voz alta.

Entretanto, existem práticas que devem ser modificadas e serem pautadas em uma nova visão de trabalho centradas no aluno, pois “podam” este aluno de maneira abominável e o impedem de expor e construir novos conhecimentos, fica claro, que para que se resolvam os problemas relacionados à alfabetização, deve-se primeiramente mudar o eixo das preocupações e das discussões, visando uma nova prática educativa baseada no direito de aprender (FERREIRO, 2001).

3.3 - As hipóteses de escrita: características e propostas didáticas

3.3.1 - Características

Antes de tratar propriamente do subtítulo “As hipóteses de escrita” há a necessidade de compreender o que é o sistema de escrita e qual é a sua importância para a sociedade

Atualmente alguns autores como Ferreiro (2001, p. 43), consideram que a escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade.

Já para outros autores como Feil (1991, p. 90), a escrita é um sistema convencional, utilizado pelo homem com a finalidade de se comunicar entre si, registrar suas descobertas, sua história, suas idéias e pensamentos, é um meio de expressão e conservação de idéias e pensamentos. Portanto, o sistema de escrita se trata de uma forma de comunicação redigida através de símbolos que são usados para que as pessoas possam se comunicar, ou seja, é uma forma de representar a língua falada.

Dessa forma a escrita em si abrange vários pontos ligados a sociedade e a escola, pois ela está relacionada diretamente com a comunicação do ser humano, engloba sua necessidade de adaptação ao meio em que vive. Para que a escrita se desenvolva na sociedade de forma correta é necessário trabalhá-la e desenvolve-la convencionalmente e, no entanto, esta tarefa está diretamente ligada à escola.

Mas é importante lembrar que a escrita só estabelecerá fins educativos se a sociedade souber além de representá-la, estabelecer práticas sociais e entender o que escreve, podendo ser uma das razões dos problemas relacionados à alfabetização, pois todos se preocupam em apenas ensinar a escrever e não se dão

conta de que o educando ainda não absorveu o significado e a razão do que escreveu (FEIL, 1991).

A escrita faz parte do mundo em que a criança está inserida através de várias maneiras, estando presente em embalagens, outdoors, roupas, etiquetas, livros, televisão, endereços, etc... e tudo isso influencia fortemente na aprendizagem, uma vez que está claro que a criança cria estratégias para compreender tudo que a cerca em todo momento.

Em suma, percebe-se que o processo de alfabetização deve ser trabalhado priorizando o que as crianças já sabem, dessa forma, as pesquisas de Emilia ferreiro e Ana Teberoski apontam para as hipóteses que a criança constrói em todo esse processo.

Para Ferreiro e Teberoski (1999), as crianças que estabelecem vínculo desde muito cedo com lápis, papéis, livros, já desenvolvem certas noções e tentativas de escrever, ou seja, já exercem práticas com a escrita através das garatujas que se baseiam em traços, rabiscos e círculos. Portanto segundo as autoras, neste momento já existe escrita na criança, afirmam que esta é a maneira que as crianças de 2 a 3 anos de idade escrevem, mas ainda não interpretam sua escrita.

A criança na sua tentativa de entender a escrita constrói vários conhecimentos e cria sua própria maneira de escrever, e as autoras mostram que a construção do conhecimento ocorre através das hipóteses de escrita, que se baseiam em fases que as crianças atravessam até estarem alfabéticas.

Com base em Ferreiro e Teberoski (1999), apresentam-se abaixo as hipóteses de escrita levantadas pelo alfabetizando e suas características:

- Hipótese Pré-silábica

Nesta fase de escrita a criança:

- não consegue estabelecer vínculo entre fala e escrita, ou seja, ela não consegue imaginar que tudo o que é falado também pode ser escrito;
- escrever e desenhar tem o mesmo significado, portanto, não diferencia letras de números e desenhos;
- a forma de escrever utilizada pela criança nesta fase se baseia em garatujas e rabiscos, seus traços de escrita ocorrem de forma desordenada;
- a criança faz uso de uma leitura global (não é pausada);
- usa letras do próprio nome para escrever;

- acredita que objetos e coisas pequenas devem ser escritos com poucas letras e grandes objetos devem ser escritos com mais letras. Se pedirmos para que a criança escreva a palavra elefante ela representará sua forma escrita com muitas letras, mas se pedir para ela escrever a palavra formiga, ela usará uma quantidade mínima de letras;
- Pode conhecer o som de todas as letras ou somente de algumas;
- faz a suposição de que para que algo possa ser lido é necessário utilizar no mínimo duas a quatro letras, sendo estas variadas;

Alguns aspectos que podem ser percebidos para diagnosticar se a criança progrediu nesta fase são a representação do próprio nome, a diferenciação de desenho e escrita, a identificação dos nomes dos colegas, a identificação das letras e seus sons. Portanto, para que a criança avance de fase é preciso que ela passe por vários conflitos que se baseiam em que sinais utilizarão para escrever palavras, decodificar o que está escrevendo etc. são através desses conflitos que ela adquirirá experiência e conhecimentos suficientes para que possa progredir.

- Hipótese Intermediário I

A criança:

- Já demonstra certa estabilidade para escrever seu nome ou palavras que já conhece;
- começa a perceber a diferença entre escrita, números e imagens;
- já começa a perceber que a fala pode ser representada através da escrita;
- ainda conserva a hipótese de que se deve escrever com duas a quatro letras, sendo variadas;

Percebe-se um avanço em crianças deste nível, quando começam a representar a escrita de duas maneiras, além do desenho utilizado antes passam a utilizar sinais gráficos (letras), portanto, ela já sabe que o desenho não é uma escrita.

- Hipótese Silábica

A criança:

- já está certa de que a escrita representa a fala;
- tenta dar valor sonoro as letras;

- supõe que toda vez que se abre a boca para falar deve-se utilizar uma letra para escrever;
- ao escrever frases, pode colocar uma letra para cada palavra ou uma letra para cada sílaba;

Percebe-se que a criança está avançando nesta fase desde que ela já consiga atribuir valor sonoro as letras e perceba que só se devem escrever letras para representar a fala. Durante este período ela se questionará em relação a alguns aspectos como a quantidade mínima de letras que são necessárias para escrever e como escreverem tudo que é falado. É importante lembrar que esta hipótese está subdividida em duas fases, sendo elas:

Silábica sem valor sonoro: a criança acredita que quando abre a boca pronuncia somente símbolos. Ex: L+M= VACA

Silábica com valor sonoro: a criança já começa a perceber o sentido e o som da palavra, formando sílabas. Ex: V+ C+= VACA ou A+H+O= CACHORRO. Assim a criança já estabeleceu valor sonoro para cada sílaba, mas não aceita letras repetidas nesta palavra ou frase como, por exemplo, se fosse escrever esta frase: “O cachorro da vizinha fugiu.” Ela iria representá-la assim:

A= cachorro A= da I= vizinha U= fugiu

Mas como não aceita letras repetidas ao escrever, ela representará da seguinte maneira:

H= cachorro A= da I= vizinha U= fugiu

- Hipótese Silábica Alfabética ou Intermediário II

A criança:

- Reconhece os sons das letras;
- pode representar a escrita somente através das consoantes ou somente através das vogais (A + O= GATO) ou (B + L= BOLA);
- atribuir valor do fonema em algumas letras (K + A + L = CAVALO);
- já inicia a superação da hipótese silábica;
- já começa a perceber que é preciso utilizar mais de uma letra para a maioria das sílabas;
- passa a fazer uma leitura não global.

Esta fase de escrita é marcada por alguns conflitos construídos pela criança em relação a como utilizar poucas letras ao escrever, como separar as palavras ao escrevê-las, como fazer com que sua escrita seja lida e entendida por outras pessoas. O avanço nesta fase é percebido quando a criança passa a atribuir fluentemente o valor sonoro às letras ou quando utiliza mais de uma letra ao representar uma sílaba que necessite de uma quantidade maior de letras.

- Hipótese Alfabética

A criança:

- Compreende que a maior função da escrita é a comunicação;
- Conhece o valor sonoro das letras;
- Demonstra estabilidade em sua escrita, porém pode não separar todas as palavras nas frases;
- Pode ainda não possuir uma forma ortográfica de escrever, mas já deve escrever e ler com compreensão, de forma que produza textos possíveis de serem lidos;
- Omite letras quando confunde as hipóteses alfabéticas e silábicas, podendo ainda estar em fase de transição de uma hipótese para outra.

Nesse momento a criança passa a se preocupar com a maneira ortográfica de escrever e qual letra utilizar, ela perde o vínculo que existe relacionado à letra bastão, nota distinção entre letras, sílabas e frases e se questiona porque se escreve de uma forma e fala de outra.

A alfabetização não é mais vista como um processo mecânico para a aquisição da língua escrita e falada, mas como um processo no qual é focado uma nova perspectiva de ensino voltada a novas bases de uma construção de conhecimento eficaz de qualidade, onde o aluno não é apenas um receptor de técnicas e modelos já ultrapassados, mas como um ser que pensa e constrói seus próprios conhecimentos a todo instante.

Nesse contexto, visto que a psicogênese se baseia na tentativa de mostrar o percurso que cada um faz em seu processo de aquisição de conhecimento e que nesse momento cada aluno possui uma dificuldade, uma diferença ou uma facilidade até apropriar-se da leitura e da escrita, observam-se mais uma vez a importância da evidente teoria de que a alfabetização em si deve se apoiar fortemente em novas bases e perspectivas que inovem o ambiente escolar.

3.3.2 - Propostas didáticas

Como já foi visto anteriormente, através das pesquisas realizadas por Ferreiro e Teberoski, as práticas de alfabetização ganharam um modelo de ensino renovador exigindo que o professor alfabetizador modifique sua postura quanto à alfabetização e as práticas utilizadas.

Os professores das classes iniciais que exercem a função de alfabetizar, ao desempenhar sua tarefa, se deparam com uma quantidade significativa de alunos dotados de diferenças entre si, culturas, experiências e saberes diferentes, portanto, cabe a esse professor saber dirigir e ordenar suas práticas pedagógicas, de forma que as crianças consigam se adaptar, superar as diferenças individuais existentes e também aprender (RIBEIRO, 1999).

Para que isso ocorra de maneira eficaz e adequada Ribeiro (1999), destaca os principais passos desse processo. São eles:

- passar a ouvir mais a criança, dando espaço para que ela faça perguntas, fale sobre suas curiosidades, sua história, suas memórias;
- desenvolver e possibilitar um clima de comunicação, socialização, cooperação, descobertas, trocas entre colegas e através disso traçar metas ao conteúdo que será utilizado;
- utilizar recursos que realmente estejam preocupados em sanar as dificuldades das crianças e com o seu sucesso na alfabetização.

Dessa maneira a escola e todo o pessoal escolar devem se mobilizar para que através dessas práticas a alfabetização se desenvolva e a escola consiga criar condições de se adaptar e de receber as crianças adequadamente. É importante destacar que essa proposta citada por Ribeiro é a base para a construção da alfabetização e do conhecimento, pois como foi visto nos capítulos anteriores a criança é um ser ativo em seu processo de desenvolvimento, por isso, necessita expor suas idéias, se comunicar e estar em pleno contato com o que será estudado, portanto a postura e a prática docente devem sempre obedecer a esses pré-requisitos para que haja um aprendizado de qualidade.

Visto que, a alfabetização passou a seguir novos rumos e adotar novas perspectivas, hoje a maior preocupação está centrada em como planejar uma prática pedagógica que supra essas novas idéias sobre a alfabetização. Diante disso se faz necessário traçar objetivos a serem atingidos, metodologias e procedimentos

didáticos para cada nível de escrita, pois como afirma Ribeiro (1999, p. 15), “Toda prática pedagógica exige uma metodologia, é a metodologia que orienta quando, com que, e como fazer o processo ensino aprendizagem dos alunos acontecer”.

Para o autor é muito importante que o professor alfabetizador saiba que atividade deve propor ou que prática deve utilizar para que os alunos avancem nos níveis conceituais da escrita e da leitura em cada nível de estágio de desenvolvimento cognitivo. Por isso todas as atividades e didáticas propostas abaixo terão o intuito de provocar o conflito necessário para que haja a passagem para o próximo nível de escrita.

- Hipótese Pré-silábica e Intermediário I

Como já foi visto a criança pré-silábica ainda não estabelece vínculo entre fala e escrita e não escreve convencionalmente, portanto o professor deve procurar sanar todas as dificuldades encontradas pela criança nesta fase, para que ela possa adquirir conhecimentos necessários para avançar em seu nível de escrita, mas para que isso ocorra o docente deve estabelecer um ponto de partida em seu trabalho pedagógico. Por isso Ribeiro (1999) aponta os objetivos que devem ser traçados para os alunos deste nível:

- 1- Fazer com que as crianças estejam diretamente envolvidas com textos, palavras, que possuam um significado real para elas;
- 2- Trabalhar de forma intencional com atividades que causem conflitos no modo de pensar que as crianças exercem em relação à leitura e a escrita;
- 3- Trabalhar a todo o momento com atividades que certamente causarão a passagem para o próximo nível de escrita;
- 4- Desenvolver metodologias que explorem diretamente a memorização dos nomes das pessoas existentes na sala de aula;
- 5- Realizar atividades que relacionem figura, objeto e palavra escrita;
- 6- Trabalhar o som das letras iniciais e finais de cada palavra, quantidade de letras existentes na palavra, ordem e posição das letras;
- 7- Trabalhar o som das letras iniciais de cada palavra;
- 8- Fazer com que os alunos entendam as diversas funções da escrita;

- 9- Realizar atividades que ajudem o aluno a perceber a distinção entre letras e números, textos e desenhos para que possam compreender que o texto é constituído por letras;
- 10- Trabalhar e desenvolver a oralidade;
- 11- Promover atividades que desenvolvam o raciocínio lógico de cada aluno;
- 12- Trabalhar de maneira interdisciplinar dando-lhes autonomia para que possam se manifestar sempre de maneira oral e escrita;
- 13- Introduzir atividades que estimulem a escrita espontânea.

Serão apresentadas abaixo algumas sugestões de atividades de intervenção para trabalhar com crianças pré-silábicas.



○ PARA CASA



○ PARA SALA

TRABALHANDO COM NOMES

ESCUTE A LEITURA DESTE TEXTO PELO PROFESSOR.

O NOME DA GENTE

TUDO MUNDO TEM UM NOME QUE NO BATISMO FOI DADO,
PARA AGRADAR O PAPAÍ, MAMÃE, VOVÓ E VOVÓ.

UNS TÊM NOME DE SANTO:

IZABEL, TEREZINHA, MARIA, MATEUS, JOÃO, FRANCISCO, LUCAS E JOSÉ.

OUTROS RECEBEM NOMES ESTRANGEIROS:

PHILIFE, MARY, KELLY, FRANK, WILSON, EVELIN E MONICK.

HÁ AINDA OS APELIDOS DE PESSOAS FAMOSAS:

XUXA, RONALDINHO E PELÉ.

O QUE IMPORTA É O NOME QUE RECEBI,
PORQUE ELE É MEU DESDE QUE NASCI.

LOURDES EUSTÁQUIO PINTO RIBEIRO

RISQUE APENAS AS LETRAS DO SEU NOME.

S N F D G C Z I Q U Y H V
L M B E P J X A K R O W T

ESCREVA AQUI AS LETRAS QUE VOCÊ RISCOU, DO SEU JEITO.

Figura 2 - Atividade para trabalhar com crianças na fase pré-silábica

Fonte: RIBEIRO, 1999.



○ PARA CASA



○ PARA SALA

ESCREVA OS NOMES DE SEUS COLEGAS, CONFORME A LEGENDA:
PINTE OS DESENHOS PARA SUA ATIVIDADE FICAR MAIS BONITA.

PARA NOMES DE MENINAS



PARA NOMES DE MENINOS











	

Figura 3 - Atividade para trabalhar com crianças na fase pré-silábica
Fonte: RIBEIRO, 1999.

 ○ PARA CASA
  ○ PARA SALA

TRABALHANDO COM O ALFABETO MÓVEL

COM SEU ALFABETO MÓVEL FORME, NA SUA CARTEIRA, AS PALAVRAS DAS FICHAS. ESCREVA AO LADO QUANTAS LETRAS CADA UMA POSSUI.

	BONECA	
	CARRO	
	PETECA	
	BOLA	

PINTE AS DUAS PALAVRAS QUE POSSUEM O MESMO NÚMERO DE LETRAS.

27

Figura 4 - Atividade para trabalhar com crianças na fase pré-silábica
Fonte: RIBEIRO, 1999.

- Hipótese Silábica

A passagem de um nível de escrita para outro ocorre através dos conflitos gerados na mente da criança quando ela percebe que suas observações estão incompletas no que diz respeito à leitura e a escrita, ou seja, ela não consegue explicar a razão das observações que faz e das hipóteses que cria o que faz com que ela se apóie e busque novas concepções.

Nesta fase ela descobre que pode representar a escrita mediante a representação gráfica de uma letra para quantas vezes se abre a boca para pronunciá-la (RIBEIRO, 1999).

Os objetivos a serem atingidos neste nível se tratam propriamente de um trabalho que vise à exploração entre palavras, letras e textos. São eles:

- Trabalhar analisando a primeira letra de cada sílaba;
- Desenvolver atividades que envolvam a contagem do número de letras, separação de sílabas e maneiras de repartição de palavras escritas;
- Enfatizar o trabalho com o reconhecimento de sons das letras a partir da análise da primeira sílaba de cada palavra;
- Priorizar atividades que envolvam posições e formas de letras, focalizando o tipo de letra utilizada (cursiva e maiúscula de imprensa);
- Trabalhar a leitura a partir de textos já memorizados;
- Estimular os alunos a analisar o texto, de maneira que encontrem verbos, partículas pequenas como preposições e artigos;
- Fazer uso de atividades que envolvam: elaboração de textos coletivos, reescrita e reconto de histórias, músicas e poesias já conhecidas pelo aluno.

As atividades que serão apresentadas abaixo têm o intuito de engrandecer o trabalho docente de maneira que os alunos passem a fazer parte da psicogênese de maneira prazerosa, interessante e eficaz. Cada atividade resultará em avanços de um nível para outro, pois são elaboradas mediante a tentativa de criar um trabalho interdisciplinar abrangendo todos os conhecimentos que as crianças já construíram e os que ainda podem construir em seu processo de aprendizagem, portanto através delas a criança poderá construir novas hipóteses em relação ao que já sabe sobre a leitura e a escrita, passando para o nível silábico alfabético.

 ○ PARA CASA
  ○ PARA SALA

QUAL É A PROFISSÃO DOS SEUS PAIS?

RESPONDA COLANDO GRAVURAS DE REVISTAS OU JORNAIS QUE
REPRESENTEM AS PROFISSÕES QUE ELES EXERCEM.

MINHA MÃE	MEU PAI

**COM A AJUDA DE SEUS FAMILIARES, ESCREVA OS NOMES DAS
PROFISSÕES ABAIXO DAS GRAVURAS.**

REGISTRE A LETRA INICIAL DE CADA NOME QUE VOCÊ ESCREVEU.

Figura 5 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica
FONTE: RIBEIRO, 1999.

☐ PARA CASA ☐ PARA SALA

FAÇA DE CONTA...

QUE VOCÊ FOI AO SUPERMERCADO E COMPROU VÁRIAS COISAS.



COLE GRAVURAS, RÓTULOS OU DESENHE O QUE COMPROU DENTRO DO CARRINHO DE COMPRAS.

19

Figura 6 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica
FONTE: RIBEIRO, 1999.

 ○ PARA CASA  ○ PARA SALA

**AGORA, DESENHE E ESCREVA O CONVITE PARA O SEU ANIVERSÁRIO!
VALE ESCREVER DO JEITO DE CRIANÇA!**

**PREENCHA TAMBÉM O ENVELOPE PARA A PRIMEIRA PESSOA QUE IRÁ
CONVIDAR.**

FRENTE



VERSO

 **27**

Figura 7- Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica
FONTE: RIBEIRO, 1999.

- Hipótese silábica alfabética

A criança até se apropriar totalmente do nível alfabético de escrita passa antes por vários outros níveis e nota-se que esse período de transição de um nível para outro é muito longo e nesse momento tudo o que está relacionado com a criança influencia fortemente a sua aprendizagem como a afetividade, o corpo, a sociedade, o meio em que esta inserida, a inteligência, portanto é necessário fazer uma análise sobre o que a criança pensa sobre esta nova fase de escrita.

De acordo com Ribeiro (1999), a passagem para essa nova fase é marcada na criança por sua frustração em relação a não interpretação de sua escrita pelos adultos, pela insuficiência de hipóteses criadas no nível anterior, ou seja, ela percebe que sua concepção não deve ficar presa somente a sílaba e descobre que a sílaba é constituída por mais de uma letra devido ao som que é produzido na sua pronúncia, e pela incapacidade de ler o que as pessoas já alfabetizadas escrevem.

Através disso, ela percebe que essas pessoas lêem e escrevem de maneira convencional, por isso percebe que deve se apoiar em novas formas de escrita. O autor diz ainda que isso gerará um conflito em relação a quantas e quais letras a criança deverá utilizar para escrever e portanto ela passa a adotar uma variedade e quantidade maior de caracteres ao escrever e sua escrita fica muito parecida com a escrita pré-silábica, mas é importante lembrar que não se trata de uma regressão em seu processo de aprendizagem, mas de um progresso, pois já tem consciência do que a escrita representa.

Os objetivos que devem ser seguidos nesta fase são:

- 1- Desenvolver uma didática que envolva o trabalho lúdico através de jogos e brincadeiras, tornando o ambiente alfabetizador atrativo e prazeroso;
- 2- Respeitar as escritas produzidas pela criança, valorizando o avanço e a produção de cada uma;
- 3- Respeitar a capacidade de cada aluno, considerando-o como um ser ativo em seu processo de aprendizagem, capaz de aprender a todo o momento;
- 4- Trabalhar com atividades que façam com que os alunos percebam o vínculo existente entre a fala e a escrita;
- 5- Propiciar dentro do trabalho pedagógico ações que façam com que as crianças explorem o ambiente alfabetizador e ponham em prática o espírito científico.

As atividades abaixo propiciarão grande desempenho, gerando capacidades e habilidades suficientes para a próxima fase.

PARA CASA PARA SALA

DESAFIO

VEJA QUANTAS PALAVRAS VOCÊ CONSEGUE FORMAR COM AS SÍLABAS ABAIXO:

MA	SA	DO	CA
DA	LA	SE	PE
PA	PO	LO	BO
TO	TA	ME	NE

QUANTAS PALAVRAS VOCÊ FORMOU?

QUANTAS A MAIS OU A MENOS QUE O COLEGA DA DIREITA?

27

Figura 8 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica alfabética
Fonte: RIBEIRO, 19999.



PARA CASA



PARA SALA

LENDO

E COMPLETANDO VERSINHOS

COMPLETE OS VERSINHOS COM AS PALAVRAS ABAIXO:

DEDO MINDINHO

SEU _____


_____ DE _____

FURA - _____

_____ - PIOLHOS.



TODOS - PAI - MATA - BOLOS - VIZINHO

RECORTE AS FRASES E COLE-AS NO SEU  NA ORDEM CERTA.



MATA-PIOLHOS



PAI DE TODOS



DEDO MINDINHO



FURA-BOLOS



SEU VIZINHO

Figura 9 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica alfabética

Fonte: RIBEIRO, 1999.


 PARA CASA

 PARA SALA

RESPONDA RÁPIDO!

QUANTAS LETRAS E QUANTAS SÍLABAS TEM?


	PALAVRA	LETRAS	SÍLABAS
	BONÉ		
	SOL		
	ESTRELA		
	BALA		
	ÁRVORE		

Figura 10 - Atividade para trabalhar com crianças na fase silábica alfabética
Fonte: RIBEIRO, 1999.

- Hipótese alfabética


A hipótese alfabética é vista e marcada pela aquisição da leitura e da escrita, pois a criança já reconhece a função da escrita, já consegue ler e escrever fluentemente, porém apresenta alguns erros de ortografia e esta é a maior dificuldade que ela encontra neste nível, mas alguns professores acabam confundindo o erro ortográfico com a não apropriação do sistema de escrita e não como apenas dificuldades ortográficas. Para que essa dificuldade seja superada nesta fase é necessário expor totalmente o aluno ao contato direto com a leitura e a escrita para que haja uma total afinidade entre eles, é importante que as aulas estimulem as escritas espontâneas dos alunos, mesmo que ela não seja ainda reproduzida coerentemente, pois a intenção é fazer do professor um mediador neste processo, de maneira que aconteça uma intervenção entre aluno, professor e prática, mas para que essa intervenção seja feita de maneira correta é necessário traçar novos objetivos segundo (RIBEIRO, 1999), são eles:

Baseados em Ribeiro (1999), são eles:

- 1- Estimular os alunos para que aprendam a lidar com diferentes gêneros textuais (cartas, propagandas, convites, anúncios, jornais, livros, gravuras), de modo que além de estabelecerem contato com esses gêneros, possam também saber interpretá-los;
- 2- Fazer com que os alunos desenvolvam seu senso crítico, sua autonomia, raciocínio, e curiosidade;
- 3- Fazer com que os alunos participem de atividades que envolvam a leitura e a escrita em tempo real;
- 4- Proporcionar trabalhos em grupo, com o intuito de estimular a socialização, cooperação e o senso crítico de cada aluno;
- 5- Fazer com que os alunos compreendam definitivamente que a escrita representa a fala, mas que às vezes não representamos algumas palavras da mesma maneira que falamos;
- 6- Fazer com que entendam que palavras são constituídas por sílabas e cada sílaba possui uma constituição alfabética;
- 7- Estimular cada aluno para que exponha suas experiências de maneira oral e escrita, e assim fazer com que compreendam o sistema alfabético através de diferentes maneiras;

- 8- Trabalhar a leitura a partir de textos agradáveis e prazerosos e que sempre estejam de acordo com a faixa etária da classe;
- 9- Propor um trabalho que vise à aprendizagem dos alunos em relação à grafia, tipo de letra, etc.;
- 10- Trabalhar a todo o momento respeitando e lembrando a função social da escrita;
- 11- Entender que sempre o ponto de partida deve ser o aluno, os conhecimentos já adquiridos por eles anteriormente e saber o que ele pensa a respeito do objeto de estudo (a escrita);
- 12- Provocar nos alunos o interesse em sanar suas dúvidas em relação a questões ortográficas, pontuação, uso de letras maiúsculas, fazendo com que percebam que através disso poderão se comunicar de forma mais fluente.

A seguir se apresentam as atividades propostas pelo autor, para trabalhar com crianças de fase alfabética:

 PARA CASA  PARA SALA

DESCUBRA O SEGREDO E CONTINUE A SÉRIE:

1 - 3 - 5

- 100

0 - 5 - 10

- 100

RESPONDA:

QUAIS SÃO OS NÚMEROS IMPARES MENORES QUE 20?

QUAIS SÃO OS NÚMEROS PARES MENORES QUE 30?

39

Figura 11 - Atividade para trabalhar com crianças na fase Alfabética
Fonte: RIBEIRO, 1999.



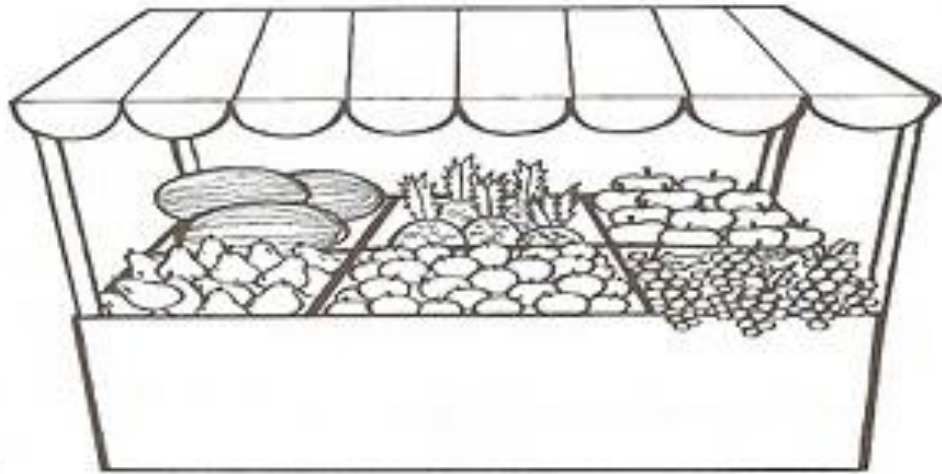
PARA CASA



PARA SALA

VENDENDO FRUTAS

OBSERVE A BARRAQUINHA DE FRUTAS DO SR. JOAQUIM.
TODA MANHÃ ELE ARMA A SUA BARRACA NA ESQUINA DA MINHA RUA.
VEJA AS FRUTAS QUE ELE TROUXE HOJE:





RESPONDA:

QUE FRUTAS ELE ESTÁ VENDENDO?

ELE TROUXE MAIS LARANJAS OU MAIS ABACAXIS? _____


QUANTAS A MAIS? _____


QUANTOS TIPOS DE FRUTAS O SR. JOAQUIM TROUXE? _____


 ○ PARA CASA
  ○ PARA SALA


COMUNICANDO ATRAVÉS DE SÍMBOLOS


PESQUISE E DESCUBRA A MENSAGEM DESTES SÍMBOLOS.
ESCREVA AO LADO DELES O QUE VOCÊ DESCOBRIU.









NO SEU  DESENHE OU COLE OUTROS SÍMBOLOS QUE VOCÊ
 CONHECE. ESCREVA, AO LADO DE CADA UM, O SEU SIGNIFICADO.

66

Figura 13 - Atividade para trabalhar com crianças na fase Alfabética
 Fonte: RIBEIRO, 1999.

4 - O que está sendo realizado para tentar solucionar os problemas relacionados à alfabetização

4.1- A implantação do Ensino Fundamental de Nove Anos

A escola é um espaço onde as políticas públicas se concretizam, portanto a organização escolar está totalmente ligada com que tipo de educação se pretende formar e alcançar, dessa forma, é necessário moldá-la a todo momento buscando uma educação de qualidade mais justa e igualitária a cada cidadão.

Mediante essa afirmação fica clara a necessidade de olhar com outros olhos a questão da alfabetização. Este processo por se tratar da base da vida escolar de cada educando requer reformas é preciso refletir o que deve ser mudado para melhorar este processo.

Antigamente falar sobre educação era sinônimo de expansão social, como foi destacado no início da pesquisa a educação era monopólio apenas daquelas pessoas que pertenciam a uma classe social mais favorecida e a educação era utilizada apenas para fins lucrativos e industriais, mas hoje já se pode olhar esse contexto com outros olhos, pois antes, a criança não era vista como um ser pensante, cheio de habilidades e necessidades.

Brandão 2009, p. 37 cita que:

Falar sobre a criança e sua infância na sociedade contemporânea é tarefa fácil se pensarmos no silêncio histórico ao qual as populações infantis estiveram submetidas durante séculos, uma vez que suas especificidades e necessidades não eram reconhecidas pelos adultos”.

Pensando dessa forma pode-se concluir que os assuntos ligados a educação teve um avanço significativo e os problemas podem ser tratados e remediados mais

facilmente. Mas apesar de melhorado muito o processo de alfabetização ainda precisa de reformas, pois os índices de analfabetismo, repetência e fracasso escolar ainda existem e precisam ser remediados.

Focalizando a atenção para o insucesso da aprendizagem, instituiu-se o Ensino Fundamental de Nove Anos sancionado pelas leis nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que determina a diminuição de sete para seis anos a idade mínima da criança para ingresso no Ensino Fundamental e pela lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que determina que o Ensino Fundamental passasse a ter duração de nove anos, no qual o Ensino fundamental não será mais organizado por series, mas por ciclos.(Brandão 2009).

Brandão (2009, p. 25) destaca que, "ampliar o Ensino Fundamental de oito para nove anos de duração significa, em ultima instância aumentar a democratização do acesso a escolaridade aos grupos menos favorecidos da sociedade brasileira." visa à maior permanência do aluno na escola, a proposta busca assegurar um maior período de ensino obrigatório procurando oferecer ao aluno maiores oportunidades de aprendizado.

Isso quer dizer que a implantação dessa nova proposta de ensino, visa a equidade de ensino de crianças que por pertencerem a uma classe social mais alta obtém mais oportunidades estarem em contato coma leitura e a escrita, pois desde cedo são inseridas em instituições particulares, têm maior acesso a livros etc... diferente de outras que por pertencerem a uma classe social mais deficitária são desprovidas de todas essas oportunidades e acabam retardando sua aprendizagem ao ingressar na escola.

Ampliar o Ensino Fundamental de oito para nove anos, não significa apenas aumentar o tempo previsto da permanência da criança na escola, mas sim fazer um emprego mais eficaz do tempo.

Portanto, deve-se destacar que com a inserção das crianças de seis anos no Ensino Fundamental surge também a necessidade de uma reforma na estrutura pedagógica da escola, pois agora o aluno de seis anos do Ensino Fundamental não é mais o de sete. A criança de seis anos não se alfabetizará mediante as praticas institucionalizadas do Ensino Fundamental elas precisam de uma proposta curricular que atenda as características, potencialidades e necessidades específicas dessa infância. (BRANDÃO, 2009).

Para que haja sucesso na implantação dessa nova forma de trabalho é preciso reelaborar a proposta pedagógica das Secretarias de Educação e dos Projetos Pedagógicos da escola afim de, oferecer a cada aluno a oportunidade de pleno desenvolvimento no aspecto físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Tudo isso faz com que a implantação do ensino Fundamental de nove anos também gere conseqüências diretas na questão da formação dos professores da educação Básica, visto que formar professores para lidar com crianças pequenas é uma tarefa nova na historia da escola brasileira. (BRANDÃO 2009, P. 20)

Portanto, os professores comprometidos com a educação devem buscar se aperfeiçoar cada dia mais, participando de projetos de Formação Continuada, procurando renovar e engrandecer seus conhecimentos devido às multiplicidades de mudanças que a sociedade contemporânea passa a cada dia. Assim, o Ensino Fundamental de nove anos associado a uma boa Formação Continuada à educação poderá alcançar uma patamar de sucesso, pois o MEC tem investido muito nessa questão, distribuindo materiais como o Guia do Professor, os livros do CEALE, cursos como a Plataforma Freire, que trazem práticas de formação e auxilia o dia a dia na sala de aula.

CONCLUSÃO

A escola tem um papel fundamental no processo de alfabetização, letramento e formação do indivíduo, pois ela o introduz no mundo da leitura e da escrita, sendo assim, o presente trabalho buscou compreender como acontece esse processo dentro do cotidiano escolar, analisando a alfabetização como um todo, desde a antiguidade até os dias atuais.

Visto que a alfabetização não tem se concretizado com total sucesso em muitas escolas do país devido aos índices de analfabetismo ainda existentes, a pesquisa procurou diagnosticar a razão desse problema e apresentar possíveis soluções.

A partir de estudos bibliográficos e de uma pesquisa de campo realizada através de uma entrevista o presente trabalho pode concluir que há muito tempo a alfabetização tem sido discutida e analisada por muitas pessoas que se preocupam e estão envolvidas com a educação. A alfabetização em si veio passando por diversas mudanças, dentre elas, o surgimento do termo “letramento”, que trouxe à escola a visão de que não basta apenas ensinar a ler e a escrever, é preciso ir muito além, fazendo com que o aluno exerça práticas sociais com a leitura e a escrita.

Antes se pensava que a razão do fracasso escolar estava no aluno, hoje já se percebe que o problema está na maneira como essa criança aprende.

Ao estudar as teorias de Jean Piaget e Emilia Ferreiro pode-se constatar que nos dias de hoje já houve uma mudança fundamental em relação à alfabetização, ela esta centrada em novas concepções e abordagens. Essa nova abordagem foca a visão de uma criança ativa, que interage em seu processo de aprendizagem e que deve ser desenvolvida a todo o momento e a qualquer lugar, foca também que o

conhecimento é construído pelas crianças a partir da elaboração e reformulação de idéias que elas mesmas constroem ao longo do processo de ensino.

O estudo feito a partir da psicogênese propiciou a compreensão das diferentes fases do desenvolvimento da criança em relação a sua construção da escrita além de mostrar que o aluno necessita aprender por meio de uma metodologia que o impulse a estabelecer um gosto pela leitura e pela escrita, metodologia esta que ignora qualquer meio mecânico de aprendizagem, mas que ofereça ao ser pensante práticas significativas e contextualizadas.

Diante disso, fica claro que para que haja um avanço qualitativo no processo de aprendizagem das crianças, se faz necessária uma didática atrativa, bem planejada e bem formulada, fundamentada em novas bases, pautada na necessidade e nos conhecimentos prévios de cada aluno, é necessário também o uso de uma metodologia diversificada, que ignore fins educativos mecânicos, mas que foque apenas a aprendizagem contínua de cada um.

Através da entrevista realizada, pode-se constatar que muita coisa está sendo realizada para melhorar a situação da alfabetização como a implantação do ensino fundamental de nove anos, que visa à maior permanência do aluno na escola. Mas para que esse novo sistema dê resultados é necessário um primeiro ano reformulado e não sistemático, pois a criança de seis anos aprende por meio do apalpar, do lúdico, ela precisa se sentir parte de seu processo de ensino aprendizagem e, portanto, não deve ser inserida neste novo contexto sem que isso seja considerado e analisado.

Outro aspecto que pode ser constatado para uma melhora significativa na alfabetização é a formação continuada que já está tendo grande ênfase no município de São Sebastião do Paraíso, a entrevistada alega que é de suma importância que o professor tenha uma boa formação continuada, pois sem o conhecimento fica muito difícil o trabalho docente, visto que a sociedade muda a todo instante e por consequência as crianças por estarem inseridas nela também mudam a cada momento.

A entrevistada, também coloca que o professor deve insistir em conhecer todas as fases do desenvolvimento da criança criadas pelo estudioso Jean Piaget, pois só dessa maneira ele irá saber como o aluno aprende e como interage com os objetos e com o meio social e como evolui em seu processo de aprendizagem, só assim o docente poderá buscar novas formas de inserir a leitura e a escrita na sala

de aula e perceber o processo de apropriação do código lingüístico pelo aluno descobrindo maneiras de intervir e mediar à construção do conhecimento do aluno.

Em relação aos métodos de ensino, o trabalho pode concluir também que estes tiveram sua importância no passado, mas hoje em dia devido às exigências feitas pela sociedade e pela inserção do aluno aos diferentes meios de comunicação presentes, o trabalho desenvolvido a partir de metodologias muito sistêmicas baseadas na repetição podem ser deficitárias quanto à aprendizagem da criança criada por Piaget e Emilia, criança esta que pensa e que age de maneira ativa no seu aprendizado.

Concluindo, partindo de uma longa trajetória no eixo educacional o trabalho procurou analisar a razão do fracasso escolar e reunir as mais importantes teorias e praticas necessárias a todos os envolvidos com a educação para que estes possam moldar e reformular a sua pratica de ensino. Através da pesquisa e da entrevista realizada fica claro que não se impõe regras para um aluno aprender, pois o processo de aprendizagem passa por etapas diferentes para cada discente e que, portanto cada aluno tem o seu tempo e maneira de aprender que devem ser respeitadas por todo professor. E todo professor deve procurar a melhor maneira de ensinar adotar a metodologia que cada aluno precisar, ou seja, como ficou constatado na entrevista, é possível alfabetizar através do próprio nome.

Entretanto, não conseguiremos resolver todos os problemas e, com certeza, ficarão muitas perguntas sem respostas, pois são várias as situações que influem no aprendizado escolar. Isto se torna em um grande desafio que nos impulsiona a procurar caminhos para solucionar os problemas que podem interferir no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J, J. Alfabetização e Leitura. 2º edição. São Paulo: Cortez, 1998.

BEE, H. A criança em desenvolvimento. 7º edição. Porto Alegre: Art,med, 1996.

BOCK, A.M.B; FURTADO,O; TEIXEIRA, M.L.T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13º edição; São Paulo: Saraiva,1999.

BRANDÃO, C, R. O que é método Paulo Freire. 1º edição. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FEIL, I, T, S. Alfabetização: um desafio novo para um novo tempo. 13º edição. Petrópolis: vozes, 1991.

FERREIRO, E. Reflexões sobre Alfabetização. 24º edição. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, E; TEBEROSKI, A. Psicogênese da Língua Escrita. 1º edição; Porto Alegre: Artmed, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Decreto nº 43, 506 de 7 de agosto de 2003. Belo Horizonte, 2003.

LIMA, A, F, S, O. Pré-escola e Alfabetização. 14º edição; Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA ESDUCAÇÃO. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. 1º edição. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. 2001.

MOLL, J. Alfabetização Possível: reinventando o ensinar e o aprender. 6º edição; Porto Alegre: Mediação, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL, Decreto nº 3.461 de 20 de maio de 2008. São Sebastião do Paraíso, 2008.

RIBEIRO, L, E, P. Para casa ou Para sala? Nível Pré-silábico. São Paulo: Didática Paulista, 1999.

RIBEIRO, L, E, P. Para Casa ou Para Sala? Nível Silábico. São Paulo: Didática Paulista, 1999.

RIBEIRO, L, E, P. Para Casa ou Para Sala? Nível Silábico Alfabético. São Paulo: Didática Paulista, 1999.

RIBEIRO, L, E, P. Para Casa ou Para Sala? Nível Alfabético .São Paulo:Didática Paulista, 1999.

ROMANELLI, O, O. História da Educação no Brasil. 25° edição; Petrópolis: vozes, 2001.

RUSSO, M, F; VIAN, M, I, A. Alfabetização: Um Processo em Construção. 4° edição. São Paulo: Saraiva, 1999.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, Ofício nº 649 / 2011 . Belo Horizonte, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Resolução nº 430 de 8 de agosto de 2003. Belo Horizonte, 2003

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, Resolução nº 469 de 22 de dezembro de 2003. Belo Horizonte, 2004.

SMOLKA, A, L, B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 9° edição; São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, M. Letramento – Um tema em 3 gêneros. 2° edição; Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ciclo Inicial de Alfabetização. 1° edição. Belo Horizonte: Centro de Alfabetização Leitura e escrita. 2004.

Anexo

ANEXO A

A seguir, no Anexo A será relatado uma entrevista realizada com o intuito de aprimorar e engrandecer a pesquisa. Esta entrevista buscou descrever e analisar a opinião de Regina Márcia Penha Pimenta que foi uma grande profissional no campo da educação, no qual serão descritos assuntos sobre o caminhar e o desenvolvimento da alfabetização e o que está sendo feito na região ao longo dos anos para melhorar a questão do ensino. Para isso foi abordado temas como a implantação do ensino de nove anos, métodos de alfabetização, o ensino sobre as pesquisas da Psicogênese da Língua Escrita, a contribuição de Jean Piaget para o processo de alfabetização, o desenvolvimento da alfabetização no município de São Sebastião do Paraíso e a formação continuada de professores dessa região.

A entrevista evidencia o grande desafio dos problemas relacionados à educação, transpõe a necessidade de uma formação continuada dos docentes e coloca em foco a necessidade de ver o aluno como um ser pensante que constrói seus próprios conhecimentos e deixa claro que o intuito do ensino de nove anos é assegurar a todas as crianças um maior período de tempo na escola, para que as que ingressarem aos sete anos não sejam prejudicadas por estarem desprovidas de certos conhecimentos devido à falta de oportunidade gerada por pertencerem a uma classe social mais baixa e não terem tido a oportunidade de frequentar a escola anteriormente. Essa pesquisa nos faz pensar que devemos ver a alfabetização como um processo trabalhoso, cheio de dificuldades, mas que pode se tornar muito simples prazeroso e produtivo a partir do momento que o aluno tem a oportunidade de conviver com um professor comprometido com a educação.

ENTREVISTA

A entrevista foi realizada com a Pedagoga Regina Márcia Penha Pimenta que dedicou a sua vida por muitos anos no campo da educação, ela afirmou que a educação é formada por um todo e que durante o tempo que esteve trabalhando nessa área desempenhou diversas funções como a de professora, Pedagoga, Psicopedagoga, Coordenadora Pedagógica do Colégio Objetivo de São Sebastião do Paraíso trabalhando também na Superintendência Regional de Ensino e terminou recentemente um curso de especialização em neuro-pedagogia, psicanálise e docência superior. A partir de 2001 trabalhou por um período de onze anos na Secretaria Municipal de Educação no cargo de chefe de departamento, que visava à coordenação pedagógica, desempenhando diversas funções. Regina afirma que a rede municipal é responsável pelo trabalho até o 9º ano, portanto, participou de grandes marcos do ensino municipal, como a passagem das crianças de 5 e 6 anos de idade da creche para a educação infantil. Neste momento a educação municipal foi palco de uma grande reforma e adaptação, por isso Regina participou da montagem do primeiro Plano Curricular que na época não existia, auxiliou a montagem do Regimento para a educação infantil, iniciou um trabalho de formação continuada com todos os professores da rede municipal, ajudou na elaboração do Conselho Municipal de Educação, reformulou planejamentos, portanto, ela participou de uma diversidade de trabalho no que diz respeito à educação sendo a precursora da implantação de uma nova metodologia de ensino no município.

Uma das perguntas realizadas foi sobre o processo desta implantação do ensino de nove anos, Regina afirma que já estava previsto pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases) este acontecimento e que apesar da resistência de algumas escolas e professores a cidade de São Sebastião do Paraíso aderiu facilmente a este processo sendo um dos pioneiros e mais uma vez a educação precisava de reformas no aspecto físico (mobiliário menor para receber as crianças de seis anos, etc.) e pedagógico. Regina diz que o ensino de nove anos é uma oportunidade para

que as crianças sejam tratadas com mais equidade, visto que alunos que já possuíam uma base na educação infantil, e também alguns conhecimentos previamente adquiridos eram mais beneficiados, diferente daquele que por não ter tido oportunidades e estarem inseridos em um meio social mais deficitário, não traziam uma bagagem para a fase inicial e por serem desprovidos de alguns conhecimentos eram totalmente prejudicados. Ela diz que antes da implantação do ensino de nove anos essas crianças eram encaminhadas ao insucesso e que até no pensamento dos professores elas eram vistas como incapazes e essa implantação traria novos rumos, pois seria feito um 1º ano bem formulado e completo. Nesse processo de implantação o município recebeu uma grande variedade de material didático dentre eles livros de literatura, brinquedos e o material produzido pelo ministério da educação (CEALE - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita) que foi enviado pelo estado e com esse material foi desenvolvido o trabalho de formação continuada dos professores.

Hoje já aposentada, Regina diz que o que mais contribuiu para o avanço da alfabetização no município foi o trabalho de formação continuada e afirma que não há maneiras de trabalhar sem que haja o conhecimento. Em relação aos métodos de ensino ela aponta que antigamente o que mais pesava ao aderir um método era a repetição e a cópia, mas defende a ideia de que o professor deve estabelecer certo conhecimento com todos os tipos de métodos e deve alfabetizar respeitando as individualidades de cada aluno, mas deixa claro que é necessário utilizar alguma metodologia de ensino, desde que ele tenha sentido e ofereça uma aprendizagem significativa, pois as crianças não aprendem de maneira igual e sempre terão aquelas que necessitarão de uma metodologia diferenciada para se alfabetizar. Deixa claro também que o professor pode iniciar o processo de alfabetização apenas usando o próprio nome da criança se ele souber trabalhar atividades que estimulem a memória, o raciocínio, concentração. Para Regina o professor deve conhecer não só o lado pedagógico, mas também deve estudar sobre o desenvolvimento da criança

Ao citar Jean Piaget e Emilia Ferreiro, ela relata que deve haver uma ligação entre os professores e a teoria do desenvolvimento cognitivo do autor, pois para ele é necessário que a criança estabeleça relação entre as coisas, através disso, ela diz que o professor deve estimular este processo em que a criança estabelece essa relação, pois o aluno cria suas próprias hipóteses e estabelece relações ao

comparar uma palavra que tem letras do seu próprio nome, por exemplo. Regina diz que o sucesso da alfabetização pode estar baseado apenas nessa simples metodologia e que a criança aprende através de percepções, discriminando e comparando e essa parte de estímulo deve ser trabalhada, mas ainda está falha no campo educacional.

Regina termina a entrevista com as seguintes palavras: “O professor deve agir como um mediador do ensino, não é preciso dar nome ao método, mas é preciso que ele use um método, o que ainda falta para que a alfabetização melhore é que o educador conheça todas as fases do desenvolvimento e busque desenvolver a criança em cada fase ao seu máximo. O professor deve oferecer um brinquedo à criança, colocar a mão em sua cabeça e dizer desenvolva tudo o que você pode”.

ANEXO B

Visto que o ensino fundamental de nove anos é de suma importância para o desenvolvimento pleno do aluno nos seus anos iniciais e que visa à permanência do indivíduo na escola por um maior período de tempo oferecendo maiores oportunidades de aprendizado e um ensino mais igualitário a todas as crianças, tendo por objetivo a formação básica do aluno.

Apresentam-se a seguir as leis, resoluções e decretos que sustentam o ensino de nove anos como intuito de esclarecer dúvidas existentes e engrandecer a pesquisa.

- Decreto nº 43.506 de 7 de agosto de 2003 – Se trata do decreto feito pelo governador Aécio Neves que institui o ensino fundamental de nove anos no estado de Minas Gerais. Tornando obrigatório a matrícula das crianças que já tenham 6 anos de idade. Este decreto também impõe a Secretaria do Estado de Educação a plena organização e divulgação desta nova implantação de ensino.

- Resolução SEE nº 430 de 8 de agosto de 2003 – se trata das normas de organização do Ensino Fundamental de Nove Anos divulgadas pela Secretaria de Estado da Educação, que torna obrigatório o funcionamento do Ensino Fundamental de Nove Anos a partir do ano de 2004 nas escolas que oferecem as séries iniciais, aderindo dois ciclos de estudo, sendo eles: ciclo Inicial de alfabetização (duração de dois anos) e Ciclo Complementar de Alfabetização, para a melhor organização deste ensino, que serão explicados detalhadamente a seguir na Resolução nº 469 de 22 de Dezembro de 2003.

- Resolução SEE nº 469 de 22 de dezembro de 2003 – se trata de assuntos que visam o melhor funcionamento do Ensino Fundamental de Nove Anos nas escolas estaduais de Minas Gerais visando toda a sua organização desde a parte curricular até a questão pedagógica do novo sistema de ensino.

- Decreto nº 3.461 de 20 de maio de 2008 – dispõe assuntos sobre a reorganização e o funcionamento do Ensino Fundamental de Nove anos nas escolas municipais de São Sebastião do Paraíso, com o intuito de orientar o funcionamento da Educação Infantil

- Ofício nº 649 / 2011 – relata assuntos que explicam o artigo 30 da Resolução CNE / CEB 07/2010 de 14/12/2010 nos quais visam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino fundamental de Nove Anos.

A partir daí fica clara a nova reorganização da escola que devera reformular a grade do ensino fundamental que não poderá mais ser em series, mas em anos.

DECRETO Nº 43.506 DE 7 DE AGOSTO DE 2003*

Institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o ensino fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, com matrícula a partir dos 6 anos de idade.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Estado de Educação definir e divulgar normas para a organização do Ensino Fundamental, conforme o previsto no art. 1º.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 6 de agosto de 2003; 212º da Inconfidência Mineira.

Aécio Neves
Governador do Estado

RESOLUÇÃO SEE Nº 430 DE 8 DE AGOSTO DE 2003*

Define normas para a organização do ensino fundamental com nove anos de duração nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

A Secretaria de Estado de Educação, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, considerando o disposto no Decreto nº 43.506, de 6 de agosto de 2003, e a necessidade de ampliar as oportunidades de sucesso na aprendizagem, RESOLVE:

Art. 1º - O ingresso no ensino fundamental de nove anos de duração, na rede estadual de ensino de Minas Gerais, com matrícula a partir dos 6 anos de idade, ocorrerá no ano de 2004, nas escolas que oferecem as séries iniciais desse nível de ensino.

§ 1º - As medidas previstas nesta Resolução não alteram o funcionamento e a organização do ensino fundamental a partir da 5ª série.

§ 2º - Fica mantida a escolaridade mínima de oito anos para os alunos que iniciaram o ensino fundamental até 2003.

Art. 2º - As séries iniciais do ensino fundamental de nove anos serão organizadas de modo a constituírem dois ciclos de estudos:

I Ciclo Inicial de Alfabetização com duração de três anos;

II Ciclo Complementar de Alfabetização com duração de dois anos.

Parágrafo único - A Secretaria de Estado de Educação fixará, em Instrução Normativa, as diretrizes gerais relativas ao currículo e às orientações metodológicas que deverão ser observadas na organização, funcionamento e avaliação dos ciclos de alfabetização.

Art. 3º - O aluno que ingressar no ensino fundamental com 7 anos de idade ou mais, a partir de 2004, poderá cumprir o Ciclo Inicial de Alfabetização em apenas dois anos, caso apresente desempenho satisfatório em avaliação realizada pela escola.

Art. 4º - Os municípios que implantarem o ensino fundamental de nove anos em suas escolas deverão informar sua decisão à Secretaria de Estado de Educação até 30 de outubro de 2003.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 7 de agosto de 2003.

VANESSA GUIMARÃES PINTO
Secretária de Estado de Educação

RESOLUÇÃO SEE Nº 469 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003*

Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos anos iniciais do ensino fundamental, com nove anos de duração, nas escolas estaduais de Minas Gerais e dá outras providências.

A Secretária de Estado de Educação, no uso de sua competência, tendo em vista o disposto na Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, nos Pareceres n.º 1132/97 e 1158/98 do Conselho Estadual de Educação, no Decreto n.º 43506 de 6 de agosto de 2003, na Resolução n.º 430 de 7 de agosto de 2003 e considerando:

- a importância do ensino fundamental de nove anos para a ampliação do atendimento escolar no Estado de Minas Gerais;
- a necessidade de organização do Sistema para a inclusão dos alunos de 6 anos no ensino fundamental;
- a urgência de uma ação direcionada para o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos alunos da rede pública;
- a organização dos anos iniciais do ensino fundamental em ciclos;
- a necessidade de orientar as escolas para adequar sua estrutura organizacional ao novo regime, tendo em vista o ano letivo de 2004,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 1º - O ensino fundamental deve garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos educandos, focalizando em especial:

I - O domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida - a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;

II - O domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem - conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social.

Art. 2º - O ensino fundamental com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais, devendo ser implantado no Sistema Estadual de Ensino a partir de 2004.

***Publicada no Diário Oficial do Estado "Minas Gerais" em 23 de dezembro de 2003, e republicada em 4 de fevereiro de 2004.**

Art. 3º - Nos anos iniciais, a organização escolar do ensino fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização:

I - Ciclo Inicial de Alfabetização com a duração de três anos;

II - Ciclo Complementar de Alfabetização com a duração de dois anos.

Parágrafo único - A Secretaria de Educação emitirá orientações e, gradativamente, providenciará a produção de materiais didáticos específicos para subsidiar o trabalho a ser desenvolvido nos ciclos.

Art. 4º - O Ciclo Inicial de Alfabetização, visando o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e capacidades considerados fundamentais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos, conforme a orientação do Sistema para o período, compreende três Fases:

I - Fase Introdutória: destinada aos alunos que ingressarem no ensino fundamental aos 6 anos, completos até 30 de abril de 2004, e aos alunos que completarem 7 anos de idade no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2004;

II - Fase I: destinada aos alunos provenientes da Fase Introdutória, após o cumprimento dos objetivos da mesma;

O ensino fundamental deve garantir o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida - a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade.

III - Fase II: destinada aos alunos que atingiram os objetivos da Fase I, dando continuidade ao trabalho em desenvolvimento e finalizando os objetivos previstos para o Ciclo Inicial de Alfabetização.

Parágrafo único - Os alunos que completarem 7 anos no período compreendido entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2004 podem ser matriculados na Fase I, desde que evidenciem domínio dos objetivos da Fase Introdutória, em função de sua escolaridade ou experiências anteriores.

Art. 5º - O Ciclo Complementar de Alfabetização dá seguimento ao Ciclo Inicial, tendo em vista a consolidação, ampliação e aprofundamento dos conhecimentos e capacidades considerados essenciais ao processo de alfabetização e letramento dos alunos, conforme a orientação do Sistema para o período, compreendendo duas Fases:

I - Fase III: destinada aos alunos que concluíram o Ciclo Inicial de Alfabetização, dando continuidade ao processo de alfabetização e letramento desenvolvido no período anterior;

II - Fase IV: destinada aos alunos que alcançaram os objetivos da Fase III, dando continuidade aos processos em desenvolvimento e finalizando o Ciclo Complementar.

O ensino fundamental com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais. Nos anos iniciais, a organização escolar passa a ter dois ciclos de alfabetização: o Ciclo Inicial, com duração de três anos, e o Ciclo Complementar, com duração de dois anos.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 6º - A abordagem dos conteúdos curriculares, nos anos iniciais, deve ser interativa e contextualizada, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Art. 7º - A Secretaria de Educação definirá, para cada fase e ciclo, os objetivos relativos aos conteúdos curriculares, tomando como referência as diretrizes curriculares nacionais.

Art. 8º - O plano curricular e sua implementação no cotidiano do trabalho escolar devem guardar coerência com as orientações e normas definidas pelo conjunto do sistema educacional.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA

Art. 9º - A organização da prática educativa deve resultar de um trabalho coletivo, tendo como horizonte a concretização da proposta pedagógica da escola e buscando fortalecer, em cada ação ou decisão tomada por seus profissionais, a formação e o sucesso escolar dos alunos.

Art. 10 - Cabe à direção da escola, apoiada pela equipe pedagógica, a responsabilidade de coordenar o processo de distribuição das turmas entre os professores, considerando as características das turmas e dos professores, de modo a favorecer o desenvolvimento dos alunos.

§ 1º - A escolha de professores para atuar nas turmas do Ciclo Inicial de Alfabetização deve levar em conta: sua formação profissional, sua experiência e reconhecimento social como alfabetizador bem-sucedido e sua sensibilidade e interesse em trabalhar com crianças dessa faixa etária. *

§ 2º - Tendo em vista a continuidade e a consolidação do processo de desenvolvimento dos alunos, a escola deve estimular a formação de equipes estáveis de professores do Ciclo Inicial e, sempre que possível, a permanência do professor em determinado grupo ou turma de alunos.

Art. 11 - O planejamento do ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos e levar em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos alunos.

escola deve estimular a formação de equipes estáveis de professores do Ciclo Inicial e, sempre que possível, a permanência do professor em determinado grupo ou turma de alunos.

Art. 12 - O plano de ensino de cada equipe e professor deve resultar de um trabalho coletivo, envolvendo, pelo menos, as equipes de profissionais que atuam no mesmo ciclo, ano ou área curricular.

Parágrafo único - Cabe ao professor ajustar o tempo destinado ao desenvolvimento das atividades pedagógicas ao ritmo dos alunos sem perder de vista os objetivos a serem alcançados em cada fase e ciclo.

O plano de ensino de cada equipe e professor deve resultar de um trabalho coletivo, tendo como horizonte a concretização da proposta pedagógica da escola e buscando fortalecer o sucesso escolar dos alunos.

Art. 13 - As atividades escolares devem ser desenvolvidas diariamente numa jornada mínima de quatro horas de aula, excluído o tempo do recreio, entendendo-se o espaço da aula numa perspectiva ampliada.

Parágrafo único - Entende-se como aula as atividades curriculares envolvendo professores e alunos, realizadas nas salas e em outros espaços da escola e da comunidade como: biblioteca, laboratórios, quadras de esporte, pátios, jardins, espaços culturais e de lazer da comunidade, outras escolas, entre outros.

Art. 14 - Cabe à Direção da escola assegurar a organização e manutenção do espaço escolar de forma que ele se torne um ambiente acolhedor, prazeroso e estimulante ao desenvolvimento dos alunos.

Art. 15 - A utilização do espaço no processo educativo deve acontecer de forma a promover a sua apropriação pelos alunos, garantindo o compartilhamento de responsabilidades na regulação do seu uso, assegurando a conservação e preservação do patrimônio público.

Art. 16 - A escola deve propiciar a participação dos alunos na organização e utilização dos materiais de ensino de uso individual e coletivo, tendo em vista o desenvolvimento da iniciativa, da responsabilidade coletiva e da autonomia.

Art. 17 - Diferentes possibilidades de agrupamento e reagrupamento dos alunos devem ser utilizadas pela escola como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:

I - turmas organizadas por idade e nível de escolarização;

II - grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas, organizados para atendimento diferenciado ou para a realização de atividades específicas.

Parágrafo único - Para facilitar as interações e a organização do atendimento diferenciado, sempre que possível, os alunos do mesmo ciclo devem ser matriculados no mesmo turno.

Entende-se como aula as atividades curriculares envolvendo professores e alunos, realizadas nas salas ou em outros espaços da escola e da comunidade, como: biblioteca, laboratórios, quadras de esporte, pátios, jardins, espaços culturais e de lazer da comunidade e outras escolas, entre outros.

Art. 18 - A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase e ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Parágrafo único - O processo e os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser do conhecimento dos pais e dos alunos, bem como as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado oferecidas pela escola.

Art. 19 - A progressão continuada dentro de cada ciclo deve ser garantida aos alunos e apoiada por estratégias de atendimento diferenciado, no decorrer de todo o processo.

Parágrafo único - Ao final de cada ano, dentro do ciclo, deve haver uma avaliação global do desenvolvimento didático dos alunos em relação aos objetivos da Fase em que se encontram, de forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, garantindo a continuidade do processo de aprendizagem.

A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase e ciclo. O processo e os resultados da avaliação devem ser do conhecimento dos pais e dos alunos. Ao final de cada ano, dentro do ciclo, deve haver uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20 - Os alunos que, em 2003, já estavam cursando o ensino fundamental, podem concluí-lo em oito anos.

Art. 21 - Em 2004, os alunos que completarem 7 anos até 31 de julho desse mesmo ano, e aqueles que estão ingressando no ensino fundamental com idade superior a esse limite, devem ser matriculados na Fase I do Ciclo Inicial de Alfabetização, podendo concluir o ensino fundamental em oito anos.

Parágrafo único - Cabe à escola criar mecanismos de atendimento diferenciado para os alunos aos quais se refere o artigo, ampliando suas oportunidades de aprendizagem ao longo do percurso.

Art. 22 - Em 2004, em consonância com o artigo 3º desta Resolução, todas as escolas devem adequar sua proposta pedagógica e regimento escolar à organização dos anos iniciais do ensino fundamental em dois ciclos de alfabetização.

- 1º - A primeira série ou primeiro ano e a segunda série ou segundo ano do Ciclo Básico do regime anterior passam a constituir, respectivamente, as fases I e II do Ciclo Inicial de Alfabetização.
- 2º - A terceira série, ou terceiro ano do Ciclo Básico, e a quarta série, ou primeiro ano do Ciclo intermediário do regime anterior, passam a integrar o Ciclo Complementar de Alfabetização, constituindo, respectivamente, as fases III e IV.
- 23 - Em consonância com o §1º do artigo 1º da Resolução nº430/2003, permanece inalterada a organização do ensino fundamental a partir da quinta série até a divulgação de novas orientações.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- t. 24 - Nos aspectos da organização e funcionamento do ensino não contemplados nesta Resolução as escolas devem orientar-se pela legislação em vigor.
- t. 25 - As escolas que oferecem os ciclos de alfabetização devem indicar um supervisor e um professor que atuam nesse nível de ensino para representá-las na Rede de Alfabetização da Escola Pública de Minas Gerais.
- t. 26 - As Superintendências Regionais de Ensino devem organizar-se para acompanhar e apoiar o processo de implantação do ensino fundamental de nove anos nas escolas sob sua jurisdição.
- t. 27 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
- t. 28 - Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 3 de fevereiro de 2004.

VANESSA GUIMARÃES PINTO
Secretária de Estado de Educação



Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso

ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECRETO Nº 3.461 DE 20 DE MAIO DE 2008

“DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS DE DURAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, ORIENTA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os dispositivos da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, os Pareceres nº 1132/97 e nº 1158/98 do Conselho Estadual de Educação, o Decreto Municipal nº 3126 de 30/12/2005, a Resolução SEE nº 1086, de 16 de abril de 2008 e considerando:

- Os pressupostos da política educacional do município de São Sebastião do Paraíso;
- Os compromissos e prioridades do governo municipal com os princípios éticos, políticos e estéticos da educação em uma sociedade democrática, justa, igualitária e plural para todos;
- O princípio de direitos eqüânimes ao acesso, à permanência e a maiores oportunidades de aprendizagem na escola;
- A urgência de uma ação direcionada para o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos alunos da rede pública municipal;
- A necessidade de orientar as escolas na organização e funcionamento do ensino fundamental de nove anos,

DECRETA:

Art 1º – O ensino fundamental, obrigatório e gratuito na rede municipal, deve garantir as oportunidades educativas requeridas para o atendimento das necessidades de aprendizagem dos educandos, mediante:

I- o desenvolvimento da capacidade de aprender com o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem – a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção à realidade;

II- o domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem – conhecimentos conceituais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e à convivência social.

Art. 2º – O ensino fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em cinco anos iniciais, organizados em ciclos e quatro anos finais organizados em anos de escolaridade.

Art 3º – Os anos iniciais do ensino fundamental são organizados em dois ciclos:

I – Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade.

II – Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade.

Art. 4º – O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos de seis anos de idade completos ou a completar até 30 de junho do ano em que iniciam o ensino fundamental, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

I – 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II – 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III – 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no textos;
- c) ler, oralmente, com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Art. 5º – Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

Art. 6º – Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração decimal, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração para além da ideia de resolver contas, mas abordados com a compreensão das ideias e ações ligadas a essas operações, realizar cálculos mentais em situações que envolvam o raciocínio das quatro operações e diversidades de situações problemas, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 7º – O Ciclo Complementar, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

I – 4º Ano

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II – 5º Ano

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler compreendendo o conteúdo dos textos, sejam eles informativos, literários, de comunicação ou outros gêneros.

Art. 8º – Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas nos diversos tipos de textos e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Art. 9º – Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração decimal, envolvendo as quatro atividades básicas de operar, ordenar, produzir, interpretar, dominar os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão abordados com a compreensão das idéias e ações ligadas a essas operações, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas em situações desafiadoras num movimento crescente de complexidade, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Art. 10 – A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, contemplando, alfabetização e letramento, de forma complementar e paralela.

Art. 11 – Na organização curricular dos anos iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

§ 1º – Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, visando a consolidação, ampliação e aprofundamento de conhecimentos e capacidades ao longo dos Ciclos.

§ 2º – A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, das características regionais, mobilizando as emoções e energias das crianças, de forma a conduzi-las à conscientização e à realização de ações positivas em prol da preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

§ 3º – Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

§ 4º – O ensino religioso, com aulas especializadas ou não, deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

Art. 12 – A escola deverá, ao longo de cada ano dos Ciclos, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias diversas para sanar as dificuldades evidenciadas.

Art. 13 – A progressão continuada, dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, deverá estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos.

§ 1º – O planejamento de ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos e levar em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos alunos.

§ 2º – Ao final de cada ano dos ciclos, haverá uma avaliação global do desenvolvimento dos alunos em relação aos objetivos do ano em que se encontram, de forma a orientar o planejamento didático do ano seguinte, com vistas a assegurar a progressão da aprendizagem.

§ 3º – Ao final de cada ciclo, a Equipe Pedagógica da Escola deverá proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça pelo tempo que for necessário.

§ 4º – Vencidas as dificuldades, os alunos serão integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Art. 14 – Caberá à direção da escola assegurar a organização e manutenção do espaço escolar de forma a se tornar um ambiente acolhedor, prazeroso e estimulante ao desenvolvimento dos alunos.

Art. 15 – A direção da escola, apoiada pela equipe pedagógica, caberá a responsabilidade de coordenar o processo de distribuição de turmas entre os professores, considerando as características das turmas e dos professores, de forma a favorecer o desenvolvimento dos alunos.

Parágrafo único – A escolha de professores para atuar nos três primeiros anos de escolaridade, levará em consideração sua formação profissional, sua experiência e reconhecimento social como alfabetizador bem sucedido e sua sensibilidade e interesse em trabalhar com crianças dessa faixa etária.

Art. 16 – Os quatro anos finais do ensino fundamental, organizados em regime anual, terão a denominação de 6º ano, 7º ano, 8º ano, e 9º ano.

Art. 17 – Na organização curricular dos anos finais do ensino fundamental serão observadas as diretrizes contidas nos Conteúdos Básicos Comuns – CBC, definidos pela Resolução SEE - MG nº 666/2005, de 08 de abril de 2005.

Art. 18 – A progressão parcial poderá ser adotada nos quatro anos finais do ensino fundamental.

Art. 19 – A unidade escolar caberá a manifestação de interesse pela progressão parcial, conforme critérios determinados.

§ 1º – Poderá obter a progressão parcial o aluno que não apresentar desempenho mínimo em até duas disciplinas.

§ 2º – Ficará retido no ano em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

§ 3º – Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente dos anos em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno.

§ 4º – O aluno concluirá o ensino fundamental somente quando obtiver a aprovação em todas as disciplinas, inclusive naquelas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

Art. 20 – A avaliação do processo de aprendizagem no ensino fundamental deve ser contínua, diagnóstica e formativa, baseada em objetivos claros e definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

§ 1º – Será garantido aos pais, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

§ 2º – A análise criteriosa do processo de aprendizagem vivenciado pelo aluno, considerando seu desempenho, registrada em diversos instrumentos avaliativos, permitirá ao professor planejar quais estratégias de atendimento pedagógico diferenciado serão oferecidas, para garantir a todos e a cada um, aprendizagem efetiva e de qualidade.

§ 3º – Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados em três etapas durante o ano letivo, aos pais e alunos, por escrito, devendo ser-lhes informadas, também, as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado oferecidas pela escola.

Art. 21 – A escola deverá acompanhar sistematicamente a frequência dos alunos e estabelecer contato imediato com as famílias nos casos de ausência por cinco dias consecutivos ou dez dias alternados no mês, a fim de garantir a frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no final de cada período letivo.

Parágrafo único – Persistindo a situação de repetidas faltas, a escola deverá informar o fato ao Conselho Tutelar ou às autoridades competentes do município.

Art. 22 – A educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, será oferecida na rede municipal de ensino sob coordenação do Departamento Municipal de Educação e Divisão de Ação Social.

Art. 23 – A educação infantil será oferecida em:

I – Centros de Educação Infantil – CEI, para crianças de zero a cinco anos de idade.

II – Unidades escolares, para crianças de cinco anos.

§ 1º – A educação infantil será oferecida a crianças de zero a cinco anos que comprovadamente necessitarem de atendimento em tempo integral, nos Centros de Educação Infantil – CEI.

§ 2º – O atendimento em tempo integral, para crianças de zero a cinco anos, será oferecido, prioritariamente, àquelas em situação de risco social e/ou pessoal, conforme critérios estabelecidos em conjunto com o Departamento Municipal de Educação e a Divisão de Ação Social.

§ 3º – O atendimento à educação infantil em turmas específicas de pré-escola ou em turmas multisseriadas, dar-se-á somente para crianças que completarem cinco anos até 30 de junho do ano da matrícula nas unidades escolares.

Art. 24 – As instituições de educação infantil incorporarão, de maneira integrada, as funções de educar e cuidar, propiciando situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagem de natureza diversa, contribuindo no processo de desenvolvimento infantil integral, considerando padrões de qualidade.

Art. 25 – As instituições de educação infantil, complementando as ações da família, serão auxiliares ao desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Art. 26 – A organização curricular na educação infantil estruturar-se-á considerando a variação de faixas etárias desse nível de escolaridade e se concretizará em dois âmbitos de experiências – Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo – que são constituídos pelos seguintes eixos de trabalho: Identidade e Autonomia, Movimentos, Artes Visuais, Música, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Art. 27 – Na educação infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Art. 28 – As escolas municipais e CEIs poderão desenvolver, em parceria com pessoas físicas ou instituições públicas ou privadas, projetos de atividades sócio-educativas e culturais para enriquecimento do currículo escolar conforme seu Projeto Pedagógico.

Art. 29 – Os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de assegurar o cumprimento de carga-horária anual prevista nos calendários escolares, bem como o desenvolvimento de projetos e atividades contidas nos planos de trabalho de cada docente, segundo a proposta da unidade de ensino, respeitadas as devidas orientações legais.

Art. 30 – Nos aspectos da organização e funcionamento do ensino não contemplados neste Decreto, as escolas e Centros de Educação Infantil devem orientar-se pela legislação em vigor.

Art. 31 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 3126, de 30 de dezembro de 2005.

Art. 32 – Este Decreto entra em vigor, retroagindo seus efeitos ao início do ano escolar de 2008.

Prefeitura Municipal de São Sebastião de Paraíso, 20 de maio de 2008

MAURO LUCIO DA CUNHA ZANIN - Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por MAURO LUCIO DA CUNHA ZANIN

Data de publicação: 06 de maio de 2008



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL
DIRETORIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Ofício nº 649 / 2011

Assunto: Responde consulta sobre artigo 30 da Resolução CNE / CEB 07/2010 de 14/12/2010
Sector: Superintendência de Desenvolvimento da Educação Infantil e Fundamental

Belo Horizonte, 25 de maio de 2011

Sr. (a) Diretor (a),

Em resposta à consulta da Analista (...), da Equipe Pedagógica dessa SRE, relativa ao acatamento pelas escolas privadas e municipais, do disposto no artigo 30 da Resolução CNE / CEB nº 07 de 14/12/2010, informamos:

- 1 – O artigo 1º da precitada Resolução estabelece, "verbis":
- "A presente Resolução fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos a serem observadas na organização curricular dos sistemas de ensino e de suas unidades escolares". (grifo nosso)
- 2 – No artigo 2º, a Resolução explicita a necessidade de se articular as diretrizes curriculares nela contidas com as demais diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica (Parecer CNE / CEB 07/2010 e Resolução CNE / CEB 04/2010) e, ainda, que estas diretrizes "aplicam-se a todas as modalidades do Ensino Fundamental previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como à Educação do Campo, à Educação Escolar Indígena e à Educação Escolar Quilombola". (grifo nosso)
- 3 – Neste mesmo artigo 2º, está claro, também, que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, "reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais e a elaboração, implementação e avaliação das orientações curriculares nacionais das propostas curriculares dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos projetos político-pedagógicos das escolas". (grifo nosso)



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL
DIRETORIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

4 – Pelo exposto, não resta dúvida de que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos contidas na Resolução CNE / CEB 07/2010 devem ser observadas por todas as escolas públicas e privadas dos sistemas de ensino.

5 – Mais especificamente, e considerando o objeto da consulta da SRE, o artigo 30 da Resolução CNE / CEB 07/2010, em seu inciso III, trata do **princípio da continuidade da trajetória escolar dos alunos**, já assegurado no caput do artigo 29 e em outros artigos desta mesma Resolução, tendo em vista “a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro”. (inciso III, art. 30)

– No §1º do citado artigo 30, a Resolução CNE / CEB 07/2010 esclarece que o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, independe da forma de organização curricular adotada pelos sistemas ou escola reafirmando, orientação já dada pela CEE de Minas Gerais através do Parecer nº 1132/97, item 2.2.7 – “Regimes de Progressão”:

– “Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar, no ensino fundamental e ensino médio, o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem”.

– Assim, “considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo seqüencial não passível de interrupção” independe do regime seriado, como está explícito no §1º do artigo 30 da Resolução CNE / CEB 07/2010.

– Importante, aqui, citar o Artigo 27 da precitada Resolução, que, ao orientar sobre as estratégias a serem utilizadas pelos sistemas de ensino, escolas e professores, com o apoio das famílias e comunidade, para “evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida”, orienta que todos devem “adotar as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, e **para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem**”. (grifo nosso)



**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL
DIRETORIA DE ENSINO FUNDAMENTAL**

Nesse sentido é que a Secretaria de Estado da Educação, num esforço conjunto com as SRE escolas, vem implementando, desde 2007, o Programa de Intervenção Pedagógica com o objetivo de orientar e apoiar, através de diversas ações e com o trabalho das Equipes Regional e Central, das escolas e professores, para que a aprendizagem dos alunos, efetivamente, aconteça e seja garantida a continuidade da trajetória escolar sem interrupção e com sucesso. Este é o nosso dever comprometido.

Solicitamos que o teor deste Ofício seja analisado por toda a Equipe Pedagógica dessa SRE divulgado junto às escolas e Secretarias Municipais de Educação.

Por último, sugerimos a releitura do Parecer CEE / MG nº 500/98 que orienta sobre a organização dos Sistemas Municipais de Ensino, por julgarmos pertinente, considerando as questões ligadas à autonomia municipal.

Atenciosamente,

Maria das Graças Pedrosa Bittencourt
Superintendência de Educação Infantil e Fundamental

Raquel Elizabete de Souza Santos
Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica

Diretora

de (...)

Institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de Minas Gerais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o ensino fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual de ensino de Minas Gerais, com matrícula a partir dos 6 anos de idade.

Art. 2º - Compete à Secretaria de Estado de Educação definir e divulgar normas para a organização do Ensino Fundamental, conforme o previsto no art. 1º.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 6 de agosto de 2003; 212º da Inconfidência Mineira.

Aécio Neves
Governador do Estado

Publicado no Diário Oficial do Estado "Minas Gerais" em 7 de agosto de 2003.